



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**  
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**  
**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**ZEFERINO BAPTISTA SAKAPEPA**

**A dignidade do trabalho**

O trabalho como experiência humana, no âmbito da disciplina de EMRC no Ensino Secundário

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada**

**Sob orientação de:**

**Prof. Doutor Jerónimo dos Santos Trigo  
e Mestre Juan Francisco Ambrósio**

**Lisboa  
2015**



## Índice

Introdução.....	5
CAPÍTULO I: A Prática de Ensino supervisionada na área da EMRC a partir do tema da dignidade do trabalho.....	9
1. Caracterização da Escola e da Turma .....	9
2. Enquadramento e apresentação crítica da UL12 “A Dignidade do Trabalho” .....	12
3. Reflexão crítica sobre a Prática Letiva baseada na Unidade Letiva 12 “A Dignidade do Trabalho” .....	22
4. Visão global da prática letiva .....	33
CAPÍTULO II: A dignidade do trabalho como realidade existencial .....	39
1. O trabalho como questão antropológica.....	39
1.1. A visão do trabalho ao longo da história.....	39
1.2. O homem e o trabalho .....	44
2. A dimensão bíblica e teológica do trabalho .....	49
2.1. Fundamentos bíblicos e teológicos do trabalho na perspetiva da criação .....	50
2.2. O trabalho de S. José e de Jesus .....	55
2.3. O trabalho na experiência paulina .....	58
3. O trabalho na perspetiva da Doutrina Social da Igreja .....	59
3.1. O trabalho e a família .....	61
3.2. O trabalho e o bem comum .....	65
3.3. Atualidade da Doutrina Social da Igreja .....	72
3.4. Carisma e ação da Congregação dos Filhos da Caridade.....	74
4. O Estado como garante do trabalho na sociedade.....	77
4.1. O papel do Estado e da Igreja na promoção do direito ao trabalho.....	79
4.2. A intervenção dos sindicatos na defesa dos trabalhadores.....	83
CAPÍTULO III: Uma proposta de planificação .....	89
1. Nota prévia .....	89
2. Proposta de planificação .....	91
3. Nota conclusiva.....	111
Conclusão .....	113
Bibliografia.....	119



## **Introdução**

Este trabalho corresponde ao relatório final do Mestrado em Ciências Religiosas/ Especialização em Educação Moral e Religiosa Católica. Tem como principal objetivo apresentar, a partir da prática de ensino supervisionada, uma reflexão sobre o ensino no âmbito da Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), que contribua para o desenvolvimento humano dos alunos, no quadro das exigências da nossa sociedade.

O curso no qual este relatório se enquadra abrangeu duas grandes etapas interligadas entre si, tendo a primeira, de componente teórica, sido realizada na Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa, onde se trabalharam várias áreas relacionadas com a tarefa educativa. A segunda etapa teve uma natureza mais aplicada, e concretizou-se através da prática de ensino supervisionada. Esta prática decorreu nas instalações da Escola Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa.

É no contexto do referido curso que se apresenta este relatório final, cuja temática foi selecionada no âmbito dos conteúdos lecionados na prática da docência.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo alista-se na prática de ensino supervisionada (PES) onde faremos um englobamento teórico, a caracterização da escola e da turma, o enquadramento crítico da Unidade Letiva (UL) 12 “A Dignidade do Trabalho” e uma apreciação crítica sobre a experiência da prática letiva tendo presente a UL12 “Dignidade do Trabalho”. Aqui faremos particular uso do contributo de Richard I. Arends<sup>1</sup> no que diz respeito à aprendizagem cooperativa na sala de aula.

---

<sup>1</sup> Richard I. Arends é Professor de Educacional Leadership e decano jubilado na Central Connecticut State University, onde ocupou também os cargos de decano da School of Educational e presidente interino dos Academic Affairs, entre os anos de 1991 e 2004. Antes de se mudar para o Connecticut, foi o

No segundo capítulo abordaremos um conjunto de questões relacionadas com o tema do trabalho em termos empíricos, tendo presente a sua compreensão do ponto de vista antropológico, bíblico/teológico e social.

Por fim, o terceiro capítulo tem por objetivo apresentar uma nova planificação da UL 12 na área da EMRC, tendo em vista as novas estratégias pedagógicas e exigências sociais, de forma a contribuir para o desenvolvimento humano, social e profissional do aluno.

Em suma, o objetivo deste relatório final é fazer uma apreciação crítica da prática letiva, tendo em conta o papel do docente na formação do aluno do ponto de vista científico e humano.

A sociedade contemporânea vive um período de grandes mudanças no que concerne à questão do trabalho. Estamos numa fase de crise em que frequentemente a realidade laboral é penosa e ocasião para exploração e, assim sendo, não dignifica a pessoa humana.

O trabalho deve ser satisfatório e acompanhado de remuneração adequada ao estatuto profissional, ou seja, a pessoa deve ter um trabalho digno capaz de satisfazer as suas necessidades existenciais.

“Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna”<sup>2</sup>.

---

responsável pelo Department of Curriculum and Instruction da University of Maryland, College Park. Doutorada pela Oregon University, onde lecionou de 1975 a 1983. Antigo professor do ensino básico e secundário tem como principais interesses o ensino, a formação de professores, o desenvolvimento organizacional e a melhoria das escolas.

<sup>2</sup> Cf. *Constituição da República Portuguesa*, Artigo 59º (Direitos dos trabalhadores), nº 1, linha a. Acessível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consultado a 26-11-2014).

Na sequência deste tema da dignidade do trabalho, Francisco refere o seguinte: “é muito importante que os governos dos diferentes países, através dos ministérios competentes, fomentem uma cultura do trabalho, e não da dádiva”<sup>3</sup>. Daí ser importante falarmos da dignidade do trabalho como elemento fundamental do ser humano, porque é mediante o mesmo que a pessoa se realiza, tal como refere de novo Francisco: “A unção de dignidade não é dada pelos antepassados, nem pela formação familiar, nem pela educação. A dignidade, enquanto tal, só vem pelo trabalho”<sup>4</sup>. O trabalho como parte integrante da pessoa, só a dignificará à medida que vier a fazer parte da construção da sua felicidade enquanto ser no mundo e com o mundo. Neste contexto, em que a sociedade vive um clima de instabilidade em termos de trabalho e emprego, optámos por estudar esta temática com o objetivo de perceber o mundo laboral nas suas variadíssimas conceções e propor uma linha de orientação para uma sustentabilidade humana e social em termos de trabalho. Nesta reflexão, teremos preferencialmente presente os documentos do Magistério da Igreja.

Foi-nos proposto lecionar uma de duas unidades letivas do 12º ano de escolaridade na Escola Maria Amália Vaz de Carvalho: a unidade letiva 3 “Ética e Economia” e a unidade letiva 12 “A Dignidade do Trabalho”. Pelos motivos atrás mencionados, optámos por escolher a segunda unidade letiva 12 “Dignidade do Trabalho”, uma vez que apresenta conteúdos relevantes para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, além de ser bastante aliciante para nós analisar e refletir sobre esta temática.

---

<sup>3</sup> PAPA FRANCISCO, F. AMBROGETTI e S. RUBIN, *Conversas com Jorge Bergoglio*, Paulinas Editora, Lisboa, 2013, 36.

<sup>4</sup> *Ibidem*, 37.

A reflexão sobre a dignidade do trabalho é muito necessária, inclusivamente em ambiente educativo, dado que abrange vários campos, social, moral, pedagógico, etc. Do ponto de vista social, o trabalho surge como uma realidade que humaniza a pessoa; por isso, deve ser visto não só a partir de uma realidade humana, mas também teológica, na medida em que enquanto tal é algo querido por Deus. Em termos pedagógicos e sociais parece-nos pertinente o desenvolvimento de alguns temas como a noção do trabalho ao longo dos tempos, os direitos dos trabalhadores à luz da constituição portuguesa, o valor do bem comum à luz do Magistério da Igreja e incentivar junto da comunidade educativa a importância da EMRC no programa educativo. Não descurando que tudo isto deve ter como base estratégias centradas no discente que apelem à aprendizagem colaborativa.

# **CAPÍTULO I:**

## **A Prática de Ensino supervisionada na área da EMRC a partir do tema da dignidade do trabalho**

### **1. Caracterização da Escola e da Turma**

A lecionação em que estivemos envolvidos no ano letivo 2012/2013 decorreu na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (ESMAVC). Esta escola está situada no centro de Lisboa, na zona das Amoreiras, na Rua Rodrigo da Fonseca, e teve a sua origem em 1885, sob o nome de “Escola D. Maria Pia”, em honra da rainha de então, estando orientada para o ensino feminino. Mais tarde, adotou outras designações, entre as quais a de Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, após 1933, pautando-se por uma política educativa que defendia uma pedagogia muito diferenciada.

A partir de 1975/1976, a instituição foi recebendo de forma gradual as primeiras turmas mistas, e em 1978, com a unificação do ensino secundário, e tal como os demais liceus, passou a chamar-se “escola secundária”.

No ano letivo 2012/2013 estudaram nesta escola 1.211 alunos e formandos, dos quais 1.086 frequentaram cursos científicos-humanísticos do ensino secundário regular (48 turmas) e 47 integraram as duas turmas dos cursos profissionais (de técnico de Marketing e de técnico de Apoio à Gestão Desportiva). Em regime noturno, funcionaram cursos de educação e formação de adultos (37 formandos) e formações modulares (41 formandos), todos de nível secundário.

A percentagem de alunos naturais de países estrangeiros era de 10,7%, com predomínio para os oriundos do Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa. Segundo estatísticas da Instituição referenciadas no seu projeto educativo 2013/2016, “os indicadores relativos à formação académica dos pais dos alunos permitem verificar que 63,4% têm uma formação de nível secundário ou superior. Quanto à ocupação profissional, 41,9% dos pais exercem atividades profissionais de nível superior ou intermédio”<sup>5</sup>.

Trabalhavam na escola 119 docentes, dos quais 81,5% pertencentes aos quadros. A experiência profissional foi significativa, uma vez que somente 14,3% lecionavam há menos de 10 anos. Pelo contrário, dos 22 trabalhadores não docentes, 40,9% tinham menos de 10 anos de serviço.

A ESMAVC foi avaliada pela Inspeção Geral da Educação em 2007, tendo os resultados referentes ao 12º Ano ficado abaixo do esperado:

“As classificações finais de disciplina estão em linha com o esperado para aquele ano letivo, tanto em Matemática como em Português do 12º ano. As taxas de transição, no triénio de 2008/2009 a 2010/2011, do 10º ano e do 11º ano e de conclusão do 12º ano mostram involução e flutuação”<sup>6</sup>.

“No ano letivo de 2010/2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto da Escola (91% dos alunos não beneficiavam da ação social escolar, 42% dos pais exerciam atividades profissionais de nível superior e intermédio e 53% possuíam uma formação de nível secundário ou superior) situam-se genericamente sempre acima dos valores medianos nacionais, ou mais próximos deste, no caso da percentagem de docentes pertencentes aos quadros e da assiduidade dos trabalhadores”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Acessível em [http://www.esmavc.org/data/PEE\\_verfinal2014.pdf](http://www.esmavc.org/data/PEE_verfinal2014.pdf) (consultado a 19-03-2015).

<sup>6</sup> Acessível em <http://www.esmavc.org/avaliacoes.html> (consultado a 19-03-2015).

<sup>7</sup> Acessível em <http://www.esmavc.org/avaliacoes.html> (consultado a 19-03-2015).

Em termos de contextualização, referimos que a acelerada mutação a que as realidades sociais económicas e culturais estão sujeitas, faz com que a Escola Secundária Mária Amália Vaz de Carvalho, no contexto atual, crie novas estratégias acerca do projeto educativo para o bem escolar, e entre essas estratégias estão:

- Adequação de estratégias pedagógicas e curriculares ao perfil de cada jovem, cooperando com entidades existentes no seio da Comunidade Educativa;
- Diversificação da oferta educativa (para além dos cursos de formação científica e humanística, alargar a formação profissional e o ensino recorrente);
- Elaboração e implementação de planos de melhoria e respetivas monitorizações capazes de dar resposta, tão eficaz quanto possível, aos problemas de aprendizagem dos alunos;
- Promoção de uma cultura de avaliação e de autoavaliação sustentada<sup>8</sup>.

A escola tem um projeto educativo, que consiste numa política educativa exequível, com respeito pelo princípio constitucional da igualdade de oportunidades, promovendo a melhoria dos resultados e o sucesso escolar.

No que concerne aos recursos humanos, existe forte coesão em termos de trabalho e responsabilidade entre pessoal docente e pessoal não docente. Porém, de acordo com o decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, a administração e gestão da escola é constituída pelos seguintes órgãos: Conselho Geral, Direção, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo<sup>9</sup>.

No que diz respeito à Prática de Ensino Supervisionada, a nosso cargo, a turma com a qual trabalhamos era constituída por seis alunos do 12º ano: quatro raparigas e dois rapazes. No início do ano letivo, a idade média dos alunos inscritos na disciplina era de 17 anos. Os alunos provieram de turmas e de bairros diferentes, mas apesar dessa

---

<sup>8</sup> [http://www.esmavc.org/data/PEE\\_verfinal2014.pdf](http://www.esmavc.org/data/PEE_verfinal2014.pdf) (consultado a 12-12-2014).

<sup>9</sup> Cf. *Decreto-Lei nº 75/2008*, de 22 de abril. Acessível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/04/07900/0234102356.pdf> (consultado a 07-05-2015).

diferença de proveniências, sempre existiu entre eles um espírito de cooperação, não só enquanto alunos de EMRC, mas também como alunos e membros de uma comunidade escolar. Acresce que estes alunos tinham um aproveitamento escolar muito bom, pelo que foram mencionados pelos diretores de turma como estudantes exemplares.

## **2. Enquadramento e apresentação crítica da UL12 “A Dignidade do Trabalho”**

Embora a dignidade do trabalho implique a articulação entre aspetos éticos e económicos, entre outros, verificamos que ao longo dos tempos os aspetos económicos foram tendencialmente mais valorizados. Desta forma, com a evolução da nossa sociedade e consequentemente com as alterações sociais e culturais implementadas, a componente económica ganhou e consolidou maior dimensão. Todavia, estas alterações trouxeram aspetos negativos e positivos. Se hoje temos melhores condições de vida, também se constata que a nossa sociedade tornou os seres humanos muito mais materialistas, valorizando o ter em detrimento do ser.

No entanto, nalguns setores este distanciamento entre a ética e a economia tem-se vindo a reduzir. Este facto verifica-se no cuidado com que as universidades abordam as cadeiras de economia assumindo códigos éticos e morais, assim como a introdução da disciplina de ética no plano de estudo dos cursos ligados à economia. Também no âmbito universitário se registam interessantes atividades de colaboração entre o pensamento teológico e o pensamento económico<sup>10</sup>. A este respeito ainda, registem-se

---

<sup>10</sup> Registem-se, a título de exemplo, as Jornadas de Teologia organizadas em fevereiro de 2015 pela Faculdade de Teologia e pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, no Porto; estas jornadas tiveram o sugestivo tema: “A Economia que mata (EG, 53) e a Economia que faz viver”. Mais informação disponível em <http://www.teologia.porto.ucp.pt/pt/Jornadas-de-Teologia>

algumas excelentes e recentes sínteses históricas sobre as questões éticas ligadas à dignidade do trabalho<sup>11</sup>.

E entre aqueles que são responsáveis pelo emprego, há quem afirme claramente o propósito do seguimento da ética cristã, como sucede no âmbito da ACEGE - Associação Cristã de Empresários Gestores, cujo código de ética refere:

“ACEGE é uma associação de homens e mulheres de empresa, que partilham entre si valores cristãos e procuram aplicá-los no desenvolvimento da sua vida profissional. ACEGE propõe-se como missão inquietar e mobilizar as consciências das pessoas, divulgando valores partilhados pelos seus membros e a Doutrina Social da Igreja que os exprime.”<sup>12</sup>

No preâmbulo do Código de Ética da ACEGE encontramos uma fundamentação existencial, que afirma:

“O homem é o fundamento, o sujeito e o fim de todas as instituições em que se expressa a vida social. Criado por Deus e salvo por Jesus Cristo, o homem é o princípio e o fim da ética, de toda vida social e política, de toda economia e de todas as estruturas existentes”<sup>13</sup>.

Por isso, a ACEGE reitera a necessidade da assunção da ética nas atividades económicas e reconhece que a mensagem cristã deve estar presente em todos os campos da vida humana.

Também neste aspeto o pensamento da Igreja tem sido uma grande referência quando através de muitos documentos e estudos efetuados por vários dos seus membros

---

<sup>11</sup> Referimo-nos concretamente à edição do *Semanário Ecclesia* 1447 (2014) subordinado ao tema “Caridade, justiça e solidariedade: consciências e práticas”, e em particular aos seguintes artigos aí publicados: VIEIRA, Domingos, “As correntes religiosas e o desenvolvimento”, FERREIRA, António Matos, “Religião e trabalho: a mutação da realização humana”, e AZEVEDO, João Coelho, “Trabalho, emprego e justiça”.

<sup>12</sup> Acessível em <http://www.paroquiasaonicolau.pt/associacao-crista-de-empresarios-e-gestores-acege/> (consultado a 21-04-2015).

<sup>13</sup> Acessível em [http://www.acege.pt/PDF/Codigo\\_de\\_Etica\\_ACEGE.pdf](http://www.acege.pt/PDF/Codigo_de_Etica_ACEGE.pdf) (consultado a 27-12-2014).

e organismos afirma que todo o ser humano é o centro e fim da economia e para tal o sistema económico deve respeitar os valores do ser humano.

Ora, a escola é um espaço primordial para proporcionar aos cidadãos, desde a primeira idade, a competência ética, fundada nos valores do evangelho, e ao mesmo tempo aplicá-la nos vários campos da sua vida, nomeadamente na sua preparação para o mundo do trabalho. Assim, a dignidade do ser humano passa pela justiça e consequentemente por atitudes que façam promovê-la e que criem uma visão crítica para a economia nacional e internacional, no sentido social e familiar.

No que concerne à Unidade Letiva 12, o manual do aluno<sup>14</sup> foi dividido por oito temas seguidos de subtemas. E é aqui que se verifica a ausência de alguns aspetos pertinentes ao nível dos conteúdos científicos; todavia esta reflexão será esmiuçada adiante neste relatório. Vejamos agora uma apresentação sumária dos referidos oito temas.

#### Tema 1: Os Vários Sentidos do Trabalho.

Subtemas: Entre a dor e a glória; Trabalho e emprego - distinção necessária; Mudança Cristã.

*Entre a dor e a glória:* o trabalho como experiência humana tem várias interpretações e é visto de forma diversificada. Há pessoas que se sentem recompensadas pelo que fazem e há outras que se sentem profundamente exploradas.

*Trabalho e emprego: distinção necessária.* O trabalho, tanto físico como intelectual, é uma atividade humana que intervém no processo produtivo e visa

---

<sup>14</sup> Referimo-nos ao manual constituído a partir do programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Edição 2007.

disponibilizar bens ou serviços. Segundo esta definição mais ou menos consensual, trabalho opõe-se a descanso e a diversão e representa um âmbito mais lato do que a noção de emprego. É uma das características que distingue o ser humano do resto das criaturas, a cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida, não se pode chamar trabalho. Só o ser humano tem a capacidade de trabalhar, por isso, a abordagem de aspetos como o trabalho enquanto questão antropológica, a visão do trabalho ao longo dos tempos e o trabalho como algo que constrói a pessoa, seriam um ótimo contributo para um melhor entendimento deste assunto, se estivessem enquadrados como subtemas neste primeiro tema (os vários sentidos do trabalho) acima citado.

A experiência do trabalho ao longo da história não foi entendida sempre da mesma forma, as alterações na sociedade fizeram com que essa noção sofresse entendimentos diferentes. Torna-se premente entender o trabalho como algo que constrói a pessoa.

*Mudança Cristã:* havia um preconceito antigo, que considerava o trabalho como um castigo no sentido bíblico. Mas o trabalho é essencialmente visto como uma missão humana, mesmo antes da desobediência primordial “O SENHOR Deus levou o homem e colocou-o no jardim do Éden, para o cultivar e, também, para o guardar” (Gn 2,15). O desígnio de Deus é que o homem transforme a terra para o seu próprio bem. A felicidade do homem é algo querido por Deus. O trabalho contribui de certa forma para a felicidade da pessoa; por isso, não deve ser visto como um castigo ou como algo que desagrada à pessoa.

## Tema 2: Direitos e Deveres dos Trabalhadores.

Neste tema sobre os direitos e deveres dos trabalhadores, destacam-se várias dimensões:

*Dimensão económica:* trata-se da relação bilateral entre o empregado e o empregador, onde o patrão compensa o seu trabalhador com salário, etc.

*Dimensão pessoal:* o trabalho faz parte da realização humana, desenvolvendo a autoestima da pessoa humana, dando sentido à vida. Francisco, falando aos dirigentes e trabalhadores das Siderúrgicas de Terni (Itália), valoriza a pessoa que trabalha e afirma que o trabalho tem por fim último o bem da pessoa, ao dizer:

“Face ao atual desenvolvimento da economia e à angústia que a atividade laboral atravessa, é necessário reafirmar que o trabalho é uma realidade essencial para a sociedade, para as famílias e para os indivíduos. Com efeito, o trabalho diz respeito diretamente à pessoa, à sua vida, à sua liberdade e à sua felicidade. O valor primário do trabalho é o bem da pessoa humana, porque a realiza como tal, com as suas aptidões e capacidades intelectuais, criativas e manuais. Por isso, o trabalho não tem apenas uma finalidade económica e de lucro, mas sobretudo uma finalidade que diz respeito ao homem e à sua dignidade”<sup>15</sup>.

*Dimensão familiar:* é preciso que a família tenha uma recompensa pelo trabalho e em termos de remuneração, esta deve servir para o sustento da família toda e não simplesmente da pessoa que está a trabalhar.

*Dimensão espiritual:* o trabalho enquanto tal eleva o ser humano, fá-lo crescer espiritualmente, permitindo-lhe melhorar a sua própria natureza. A dimensão espiritual ajuda a pessoa a aprofundar a sua relação com o mundo e com Deus.

---

<sup>15</sup> FRANCISCO, Audiência com dirigentes e funcionários das Siderúrgicas de Terni e aos fiéis da diocese de Terni – Narni Amália, Sala Paulo VI – Vaticano, quinta-feira, 20 de março de 2014. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco\\_20140320\\_pellegrinaggio-diocesi-terni.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco_20140320_pellegrinaggio-diocesi-terni.html) (consultado a 07-08-2015).

*Direito de difícil garantia:* Garantir o trabalho à pessoa não é algo fácil, apesar de haver este consenso sobre o trabalho como um direito. A Doutrina Social da Igreja defende o princípio do pleno emprego, no sentido em que deveria haver um emprego adaptado para todos aqueles que são capazes de tê-lo e cumpri-lo. A Doutrina Social da Igreja une as diversas perspetivas e defende mesmo que existe dadores de *trabalho* – tais como as empresas, os empresários e os empreendedores – e quanto ao *trabalho indireto* temos pessoas, instituições, bancos centrais e leis que de certo modo determinam o sistema socioeconómico do país.

*Instituições contra o desemprego:* os sindicatos e os agentes políticos têm o dever de lutar contra o desemprego para que as pessoas se possam realizar mediante o trabalho. Os sindicatos têm tido um papel ativo na luta contra o desemprego.

Neste ponto que diz respeito aos direitos e deveres dos trabalhadores, pode-se acrescentar como objeto de reflexão para o segundo capítulo o tema do papel do Estado e da Igreja na promoção do direito ao trabalho. Do lado da Igreja temos a Doutrina Social da Igreja. O Catecismo da Igreja Católica é muito claro no que se refere ao bem comum e diz que

“A justiça é a virtude moral que consiste na vontade constante e firme de dar a Deus e ao próximo o que lhes é devido. A justiça para com Deus chama-se ‘virtude de religião’. Para com os homens, ela nos dispõe a respeitar os direitos de cada um e a estabelecer nas relações humanas a harmonia que promove a equidade em prol das pessoas e do bem comum”<sup>16</sup>.

No que concerne ao Estado, as empresas privadas ou estatais devem, no caso português, seguir a Constituição da República Portuguesa como carta magna da promoção da dignidade da pessoa humana.

---

<sup>16</sup> IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, nº 1807, p. 398.

### Tema 3: Direitos relacionados com o Trabalho.

Subtemas: Pressão sobre o trabalho; Direitos por conhecer; Méritos dos sindicatos.

Frequentemente a fadiga e a exaustão estão associadas à experiência de trabalho, vejamos por exemplo as pessoas que trabalham no campo, no mar, ou em setores de atividade excessivamente competitivos e agressivos, etc. Todos estes fazem a experiência de um trabalho muito penoso e às vezes sentem pressão sobre o mesmo. Todo o tipo de trabalho tem de ter critérios e limites diários, semanais e anuais. Eis alguns direitos nas relações de trabalho: ser tratado com igualdade no acesso ao emprego, formação e promoção profissional; gozar férias; receber subsídio de férias, cujo montante compreende a remuneração base e as demais prestações retributivas, que deve ser pago antes do início do período de férias; recorrer à greve para defesa dos seus interesses. E eis também alguns deveres nas relações de trabalho: respeitar e tratar com educação o empregador, os companheiros de trabalho e as demais pessoas com quem estabeleça relações profissionais; comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade; cumprir as tarefas e atribuições com zelo e diligência, etc.

É na defesa dos direitos dos trabalhadores que os sindicatos ganham a sua relevância, dado que os trabalhadores podem através destes conhecer os seus direitos e ser defendidos quando os seus direitos estiverem a ser postos em causa.

### Tema 4: Desigualdade entre sexos.

Subtemas: Penalização da mulher; Índole própria; Práticas positivas.

Existe realmente diferença entre sexos no que diz respeito ao acesso ao trabalho. E ainda não se cumpre satisfatoriamente o princípio de que a igual trabalho deve

corresponder igual salário<sup>17</sup>, quando se comparam as remunerações recebidas por homens e mulheres. Em muitas sociedades as mulheres trabalham quase em todos os setores da vida, e podem e devem desempenhar as suas funções, segundo a índole que lhes é própria, sem discriminações e sem exclusão dos empregos para os quais tenham capacidade. No âmbito da penalização da mulher, pode-se incluir o subtema “o trabalho e a família”, uma vez que a mulher tem um papel relevante na sociedade e na sua própria família; também é sabido que a família surge frequentemente como um obstáculo à aquisição de trabalho. Muitas vezes as entidades empregadoras contratam os trabalhadores em função da sua realidade familiar. Há famílias que são privadas do trabalho por causa dos filhos, ou porque a mulher está ou pode vir a estar grávida. A convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho

“versa sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. Ela reconhece os problemas e necessidades particulares enfrentados por estes/as trabalhadores, definidos como ‘homens e mulheres com responsabilidades com relação aos seus filhos e filhas dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade económica e nela ingressar, participar ou progredir’”<sup>18</sup>.

Este tipo de percalços laborais provoca muitas consequências nefastas no seio familiar, nomeadamente a sua desfragmentação. Na prática positiva, podem-se destacar algumas medidas que o Estado poderia promover com o objetivo de proteger a mulher que queira ser mãe ou que deseje progredir na carreira profissional.

---

<sup>17</sup> A *Constituição da República Portuguesa*, no seu Artigo 59º, nº 1, linha a, refere precisamente “o princípio de que para trabalho igual salário igual”. Cf. <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> (consultado a 26-11-2014).

<sup>18</sup> Cf. [www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/noa\\_1.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/noa_1.pdf) (consultado a 02-01-2015).

Tema 5: Perversões do trabalho.

Subtemas: Trabalho infantil; Trabalho escravo; Trabalho e migrações.

Estes três subtemas estão interligados porque são consequências do aumento do trabalho precário; todavia, a escravatura foi sempre uma realidade. Atualmente, temos outras formas de escravatura no mundo, como na prática sucede com as famílias forçadas a trabalhar sem uma remuneração digna, crianças que abandonam a escola para ir trabalhar (trabalho infantil) e por isso são privadas dos direitos fundamentais como o da educação, etc.. Muitos imigrantes sujeitam-se a trabalhos precários, sem condições e direitos para poderem sustentar as suas famílias. O imigrante, muitas vezes encontra-se numa posição de fragilidade humana e espiritual.

Tema 6: Empreendedorismo, Criatividade e Persistência.

Subtemas: Um velho conflito; Genuíno espírito empresarial precisa-se.

Neste tema encontramos este binómio entre o capital e o trabalho. Mas a Igreja sempre afirmou o princípio da “prioridade do trabalho sobre o capital”, quer dizer, o “primado da pessoa no processo de produção, o primado da pessoa em relação às coisas”. Contudo, a oposição capital/trabalho continua a verificar-se nos dias de hoje.

Tema 7: Trabalhar é Participar na Obra do Criador.

Subtemas: Espiritualidade e trabalho; a espiritualidade ajuda a empresa; a espiritualidade cristã do trabalho.

A dimensão espiritual é importante na vida do trabalhador. A experiência espiritual tem um papel importante na relação da pessoa com o trabalho e com os outros e dá sentido à vida. Olhando pela espiritualidade cristã, compreendemos que o trabalho

nos ajuda a participar na obra criadora de Deus. A criatividade e as conquistas humanas manifestam de certo modo a grandeza do criador. Trabalhar é fazer com que a vida seja uma fonte de felicidade cuja essência é Cristo.

#### Tema 8: Cultivar os Talentos.

O ser humano é chamado a trabalhar e ao mesmo tempo estar ao serviço dos outros. A pessoa trabalha, não apenas para si, mas pensando também no bem-estar dos outros. Temos a meditação da parábola dos talentos em Mateus 25,14-30 onde é sublinhado o quão é relevante desenvolver os nossos talentos ao serviço da comunidade.

Nós como docentes de EMRC devemos sempre ajudar os alunos a desenvolver os seus talentos. Este desenvolvimento só é possível com um acompanhamento adequado e persistente. Existem nos alunos muitos talentos adormecidos, e só uma educação cuidada poderá despertar neles estes talentos. Muitos sonhos dos jovens morrem porque não têm quem os desperte para a compreensão e desenvolvimento dos seus talentos. Os alunos têm um grande potencial dentro de si.

De modo geral, pode concluir-se que a UL 12 do manual do aluno está bem estruturada em termos de conteúdo, mas apresenta algumas lacunas no que se refere a temas a lecionar, que segundo a nossa perspetiva são essenciais para a formação do discente. Segundo este ponto de vista, constatamos que existem temas que deviam ser reestruturados e outros que careciam ser integrados no programa. Deste modo, apresentaremos propostas de planificações onde inserimos alguns temas que achamos pertinentes. A este propósito, verificou-se que, já após a nossa Prática de Ensino Supervisionada realizada em 2012/2013, o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014 suprimiu a Unidade Letiva 3 “Ética e Economia” e a Unidade Letiva 12

“A Dignidade do Trabalho”<sup>19</sup>. Cabe-nos agora refletir de forma crítica sobre a prática letiva. Nesta reflexão crítica falaremos do modo como foi efetuada a lecionação em termos globais e também em aspetos concretos, tais como: conteúdos, planificações e estratégias pedagógicas para com os alunos.

### **3. Reflexão crítica sobre a Prática Letiva baseada na Unidade Letiva 12 “A Dignidade do Trabalho”**

A reflexão sobre a nossa prática letiva corresponde a uma análise abrangente acerca das aulas, que foram dirigidas sob a orientação da Mestra Fátima Lopes e que fizeram com que concluíssemos a prática de ensino supervisionada. Todavia, antes de fazermos esta análise, debruçar-nos-emos sobre a atitude que tomámos perante a realização das planificações (visto considerarem-se a base de trabalho de um professor), apontando a forma como conciliámos o tema programático *Dignidade do Trabalho* com os objetivos definidos, estratégias e competências que pretendíamos que os alunos tivessem, não excluindo os recursos disponíveis e características dos alunos, que muitas vezes condicionam o processo de ensino-aprendizagem.

Começámos por selecionar quatro competências que têm que ver com os números 1, 6, 12 e 24 e que se encontram no programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Edição 2007 ensino secundário, *A dignidade do Trabalho* (Unidade Letiva 12). Eis as quatro competências:

1. *Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;*

---

<sup>19</sup> De facto, recentemente foram suprimidas e adicionadas várias Unidades Letivas, tendo em consideração as necessidades educativas dos alunos. Foi decidido que não se manteria a Unidade Letiva 8 “Igualdade de Oportunidades”, já que os conteúdos mais relevantes da Unidade se encontram tratados nas demais Unidades Letivas. Também se agregou a Unidade Letiva 12 “A Dignidade do Trabalho” à Unidade Letiva 3 “Ética e Economia”, dando maior profundidade a ambos os conteúdos. (Cf. Programa de Educação Moral e Religiosa Católica 2014. Secretariado Nacional da Educação Cristã, p. 12).

6. *Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos;*

12. *Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo;*

24. *Reconhecer as implicações da mensagem bíblica, nas práticas de vida quotidiana.*

Estas dizem respeito à UL (12) *A Dignidade do Trabalho* e foram trabalhadas ao longo do ano letivo 2012/2013; através delas pudemos alcançar os objetivos que nos propusemos para com os alunos.

Depois de termos selecionado as competências, houve necessidade de se efetuar as planificações de aula. Ao realizá-las, tivemos sempre a preocupação de desenvolver os conceitos de cooperação, organização e cultura, que permitiram reconhecer o grau de maturidade dos alunos e desenvolver ao longo do ano letivo competências já trabalhadas noutras áreas disciplinares que são transversais. A inclusão destes conceitos pareceram-nos fundamentais, uma vez que ajudaram a restabelecer determinadas distinções ao nível dos saberes, que nos conduziram ao aprofundamento daquilo que é fundamental na disciplina de EMRC. Ora, a escola, enquanto espaço de cooperação, integração e cultura, pode proporcionar aos alunos uma competência ética fundada nos valores do evangelho.

A escola é o espaço de partilha em que aprendemos a crescer, a relacionar e a experimentar a *oikos*. Tendo em conta este aspeto, o papel do professor da disciplina de EMRC é essencial porque é o canal entre os valores do evangelho e a escola, e desta

forma pode encaminhar os discentes para uma perspectiva mais real da fé cristã e do compromisso com o mundo.

Para além da integração destes conceitos nas planificações, ao definirmos as estratégias para o ensino dos conteúdos programáticos, tivemos em atenção a especificidade da turma e de cada aluno, para assim melhor promover a aprendizagem e a sua formação global. Isto, porque o processo de ensino-aprendizagem é muito exigente e requer o empenho de ambas as partes envolvidas. Investimos ainda na relação pedagógica em termos de estudo e aplicação de recursos diversificados.

Seguindo os pressupostos atrás mencionados, a reflexão crítica sobre a nossa prática letiva assentará nas planificações da UL 12, apontando todos os aspetos referentes ao processo de ensino-aprendizagem, no que diz respeito ao modo de exposição dos conteúdos, estratégias utilizadas, e exposição de conteúdos. Entendemos que toda a prática de ensino engloba quem ensina e quem aprende, competências a desenvolver, objetivos a atingir e fazê-los interagir com a realidade dos intervenientes. Os alunos são recetores, mas também atores dentro e fora da sala de aula. Temos muito a aprender com eles; por isso, a interação entre professor e aluno deve ser sempre dinâmica e ativa.

Assumindo essa posição, num primeiro momento delinearão-se os conteúdos que se pretendia lecionar, e foi nesta altura que olhámos para o manual e analisámos se uns e outros estavam de acordo.

O primeiro tema que nos indica o índice versa sobre os vários sentidos do trabalho. No entanto, o tema do trabalho como questão antropológica deveria ser incluído para que pudéssemos ver o lado humano e social desta questão e assim introduzi-lo num contexto mais atual e próximo do discente. Para além deste tema, há

outros que poderiam ser integrados e tratados de forma precisa: o trabalho a partir de uma realidade histórica; o homem e o trabalho; os fundamentos bíblicos e teológicos acerca do trabalho na perspetiva da criação.

A inclusão de outros temas no manual do aluno da disciplina ERMC do ensino secundário, no que concerne aos direitos e deveres dos trabalhadores, poderia ser ainda mais intensa. Por exemplo, devia introduzir-se a abordagem da importância do bem comum tendo em vista os documentos do Magistério da Igreja, dado que o bem comum está ligado à justiça social e o Estado acaba por ser o garante da sua promoção, como refere o Catecismo da Igreja Católica. “A sociedade garante a justiça social quando realiza as condições que permitem às associações e a cada membro seu obter o que lhes é devido conforme sua natureza e sua vocação. A justiça social está ligada ao bem comum e ao exercício da autoridade”<sup>20</sup>. O outro tema tem a ver com os direitos e deveres dos trabalhadores segundo a Constituição da República Portuguesa, porque assim o aluno fica informado das perspetivas civil e a religiosa.

Ser professor é ser analítico quanto aos recursos que se tem em mão, é pensar no aluno e na aquisição de conhecimento que se fará no respetivo espaço de trabalho, na sala de aula e no material a utilizar. É aqui que o docente – não fugindo àquilo que é o programa da disciplina e não prejudicando a aprendizagem dos alunos – pode introduzir temas que podem facilitar e ao mesmo tempo adequar os mesmos à realidade dos alunos para possibilitar a aquisição de conhecimentos. É este o espírito crítico e analítico que um professor deve ter e também deve promover nos alunos. Assim, o docente deve analisar o manual, a forma como os conteúdos estão expostos e fazê-los adequar aos

---

<sup>20</sup> IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, nº 1807, p. 398.

objetivos a atingir, apontar competências que pretendem desenvolver nos alunos, assim como estratégias atrativas ou aliciantes para auxiliá-los no processo cognitivo.

Outro aspeto que pretendíamos com o ensino da disciplina EMRC era aproximar os discentes daquilo que é “a dimensão social da Igreja”<sup>21</sup>; tendo em conta os documentos do Magistério da Igreja, isto é, a partir da lecionação da disciplina, ajudá-los a perceber que a Igreja tem um papel interventivo na sociedade, preocupa-se com todos os seus problemas e procura ajudar todas as pessoas, quer crentes, quer não-crentes. É nesta perspetiva que através da prática letiva preferimos planear atividades que tivessem uma interligação com o mundo que os rodeia, usando as novas tecnologias, como por exemplo o vídeo e a Internet, como meios de pesquisa e de testemunhos reais sobre a intervenção da Igreja na denúncia de questões de injustiça. Desta forma, os alunos compreenderiam que a Igreja não é uma instituição obsoleta e muito menos distante da sociedade. Entretanto, poderíamos também ter oportunidade de criar nos discentes a ideia de que a Igreja necessita de pessoas que possam ajudá-la no processo de intervenção junto da comunidade, e isso seria possível ao mostrar o papel do voluntariado e a sua preponderância na intervenção social.

Acredita-se que é na formação, isto é, na escola, que este facto pode ter mais efeito. É aqui que se formam os indivíduos e que se pode desenvolver o espírito de solidariedade para com os outros; e ninguém melhor que o docente de EMRC para promover tais competências, usando aquilo que os aproxima à realidade.

---

<sup>21</sup> A dimensão social da Igreja tem a ver com a preocupação profunda pela dignidade da pessoa humana. A Igreja procura salvar a pessoa, não só na sua realidade espiritual, mas também social. Por isso, a Igreja, na sua sabedoria, procura acolher a pessoa perante a realidade em que se encontra. A promoção da pessoa em todos os níveis da vida, como ter saúde, trabalho e habitação, é algo indispensável no pensar da Igreja.

As aulas dadas foram analisadas de forma global. É de salientar que na aula nº 15<sup>22</sup>, onde os temas centrais foram *O Direito e Dever no Sentido Civil e Religioso e os Direitos e Deveres dos Trabalhadores em Portugal*, fez-se por parte do professor um pequeno resumo sobre a *Dignidade do Trabalho* (assunto central na aula anterior) e introduziu-se a temática da origem do dia do trabalhador. Dentro deste prisma, deu-se aos alunos a oportunidade de verificarem a importância deste dia na procura da dignidade do trabalho assim como identificarem a sua função na concretização dos direitos dos trabalhadores junto da sociedade.

Do ponto de vista estratégico, poderíamos ter aproveitado o TPC da aula nº 15 e a sua correção para dar aos alunos a oportunidade de identificarem a pertinência deste subtema, questionando-os com a seguinte pergunta: *O que é o sindicato e qual a sua origem e função?* E após um trabalho de pesquisa e um debate sobre a questão, os discentes associavam mais facilmente a interligação entre o dia do trabalhador e a função dos sindicatos, não os vendo como manifestações separadas uma da outra.

O TPC da aula nº 15 era o seguinte: qual é o dia internacional do trabalhador e a sua origem? Visualizar o filme intitulado “As serviçais”<sup>23</sup>. O objetivo do TPC era ajudar os alunos a terem consciência de que o dia internacional do trabalhador decorre de uma conquista, da luta pelos direitos humanos, e os sindicatos surgem para darem respostas aos trabalhadores tendo em conta as condições desumanas de trabalho; e quanto ao

---

<sup>22</sup> Falamos da aula nº 15 por ser uma sequência da Unidade Letiva 3 e 12. A nossa prática letiva teve duas unidades. “Ética e Economia” referente ao primeiro semestre e “A Dignidade do Trabalho” pertencendo ao segundo semestre.

<sup>23</sup> Cf. *Anexos* aula nº 15, 29 de janeiro de 2012/2013. A ação deste filme com o título “As Serviçais”, desenvolveu-se nos Estados Unidos da América, e mostra a forma como as mulheres eram tratadas nos anos 60 do século XX. A experiência deste filme apresenta também a forma como muitas mulheres superaram o trabalho desumano de escravização que viviam na altura. Os alunos só visualizaram um trecho do filme para permitir um debate como enriquecimento mútuo.

filme, pretendia-se ajudar os alunos a perceberem que a não valorização da pessoa humana é algo contrário aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa.

A questão dos sindicatos acabou por ser referida na aula, no entanto através de uma estratégia cujo papel passou unicamente pelo professor, o que não levou os alunos a um processo analítico sobre o assunto, nem de busca de referências às suas experiências pessoais. Este ponto menos conseguido foi colmatado com um debate no final da aula acerca dos direitos e deveres dos trabalhadores em Portugal, onde os discentes puderam revelar as suas experiências pessoais; aqui conseguiu-se introduzir a importância da Igreja na busca de soluções e no auxílio de quem se vê privado desses mesmos direitos e deveres. Prova-se, então, o cuidado que tivemos para que a aula pudesse ser criativa, aproveitando dos alunos as suas vivências e interligando-as com os conteúdos programáticos, destacando o papel da Igreja.

Também ao nível da coordenação das temáticas houve alguns ajustes, para que os alunos aprendessem que existe uma interligação entre as mesmas. Isso depreende-se, quando a temática *Dignidade do trabalho* foi indicada antes de se falar sobre os sindicatos, já que a mesma foi conseguida na aquisição de direitos e deveres por parte dos trabalhadores. Seguindo esta linha de pensamento, estes conteúdos programáticos tinham de ser ensinados em aulas seguidas, de forma que os discentes percebessem a sua coadunação.

O mesmo se pode afirmar ao planear-se a aula nº 17 como sendo aquela que abordava o tema central *Direitos Relacionados com a Entidade Empregadora*, dado que aqui pudemos identificar a visão de quem emprega assim como os seus direitos. E tendo em conta a crise que já se fizera sentir nesta altura e também porque muitos alunos tinham os pais desempregados, indicámos em aula exemplos de instituições que

visavam o combate ao desemprego, de que é exemplo o CEPAC (Centro Padre Alves Correia). Acabámos por incrementar aquilo que afirmámos anteriormente: coadunar a disciplina da EMRC com a realidade dos alunos e ao mesmo tempo prestar auxílio na resolução dos seus problemas, dado que por exemplo o CEPAC ajuda as pessoas na procura de emprego, na aquisição de documentos necessários para a legalização junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), nas entrevistas e na elaboração do *curriculum vitae*. Poderia ter efetuado (como atividade extra curricular) uma visita de estudo a instituições como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e alguns centros paroquiais. Assim, os discentes teriam uma perspetiva de como funcionam estas instituições de cariz civil e religiosa e o que as distingue ou aproxima.

Acerca da *Dignidade do trabalho* foram abordados igualmente temas como: a desigualdade entre sexos; a penalização da Mulher; a relação entre família e trabalho; o trabalho infantil em contexto nacional e internacional; o trabalho escravo; o trabalho e as migrações; a importância do empreendedorismo em Portugal e no mundo; o espírito genuíno empresarial; a dignidade do ser humano na sua relação com o trabalho; trabalhar é participar na obra do Criador; a espiritualidade ajuda a empresa; espiritualidade cristã do trabalhador.

Depois de termos falado na aula nº 17 e na aula nº 18 sobre a questão dos sindicatos, na aula nº 19 optou-se por apresentar o tema da *Desigualdade entre Sexos*, isto porque os sindicatos tiveram um papel preponderante não só na defesa dos direitos dos trabalhadores como também na denúncia das diferenças que existiam e existem entre a mulher e o homem no que concerne ao trabalho. Paralelamente a isto, achou-se pertinente abordar a evolução da imagem da mulher ao longo dos tempos como forma de mostrar a transformação do papel desta na sociedade. Assim, poderia ter-se indicado

algumas referências femininas que fizeram história em Portugal e no mundo. E quiçá ter construído, junto com os alunos, um painel onde colocaríamos imagens da mulher de outrora e da mulher atual e daí extrair conclusões. Desta forma, teríamos evitado mostrar dois vídeos numa aula, havendo uma maior diversidade nas atividades e tarefas efetuadas.

Todavia, em outras ocasiões tivemos essa preocupação, afastando-nos da introdução do vídeo em aula ou da exposição da matéria, e isso está expresso na aula 21, em que para explicar o assunto *A relação entre família e trabalho*, optámos por fazer trazer um testemunho escrito de duas famílias cristãs da Bela Vista (Setúbal) que explicaram como conciliavam a vida laboral com a vida familiar. Desta forma, os discentes puderam interligar a matéria dada com factos reais. Os alunos puderam rever nestes testemunhos aquilo que muitos vivem em suas casas e é neste sentido que o professor de EMRC pode indicar que a Igreja está atenta a estas questões e que as enfrenta procurando alternativas. Para comprovar isso mesmo, apresentaram-se (na mesma aula) textos pertencentes à Doutrina Social da Igreja, nomeadamente o nº 221 do compêndio da Doutrina Social da Igreja, e que mostram aos alunos que a Igreja é uma instituição próxima da sua comunidade e dos seus problemas sociais, que tudo faz por amor a Deus e ao próximo; por isso, ela acaba por ser uma família.

“A família propõe-se como espaço daquela comunhão, tão necessária numa sociedade cada vez mais individualista, que faz crescer uma autêntica comunidade de pessoas, graças ao incessante dinamismo do amor, que é a dimensão fundamental da experiência humana e que tem precisamente na família um lugar privilegiado para se manifestar”<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia, São João do Estoril, 2005, nº 221.

Portanto, a Igreja não responde só às situações *in loco*, através de instituições religiosas ou parcerias com o Estado, mas também a partir de textos de cariz religioso onde mostra aquilo que sente em relação às questões sociais de toda a ordem. Neste caso indicou-se a Doutrina Social da Igreja.

Mas a Igreja não é só denunciadora de aspetos negativos; ela contribui, através da proposta da fé e através das obras para a esperança num mundo mais justo, e para a busca do que de melhor há no ser humano. Desta feita na aula 25, apresentaram-se aos discentes dois exemplos de empresas de sucesso, que conseguiram combater de alguma forma a crise económica, fazendo valer o que há de melhor no nosso país, e não colocando em causa os empregos dos trabalhadores. É sob este prisma que foi lecionado o tema *A importância do empreendedorismo em Portugal e no Mundo*, concluindo-se da necessidade de se ter um espírito empreendedor não ofendendo os interesses dos trabalhadores, mas incentivando-os a combater as adversidades como forma de manter o posto de trabalho.

Na aula acima referida, teria sido pertinente mencionar a preponderância do desenvolvimento da agricultura e da pecuária não só como subsistência mas também enquanto promoção laboral. Isto é, mostrar aos alunos que Portugal tem setores de que pode fazer uso, devido aos seus recursos naturais, ao nível da terra, do mar e do clima. E quiçá indicar alguns exemplos de sucesso como a indústria ligada à cortiça, azeite e vinho, que atualmente são produtos em destaque nas nossas exportações. E porque não, solicitar aos alunos para fazerem uma campanha de publicidade (na escola) para consciencializar os jovens a comprar os produtos nacionais. Estaríamos, a partir da EMRC, a desenvolver soluções para as questões económicas. Isto são aspetos do ponto de vista económico que se coadunam com os valores éticos e morais que a Igreja

pretende inculcar no ser humano e a cuja concretização pode ajudar. Esta intenção verifica-se não só na sua prática como também na sua fundamentação teórica, aliás ponto que já referimos e tivemos oportunidade de indicar aos discentes na aula nº 26 ao falar da responsabilidade das empresas à luz da doutrina cristã. Ao mesmo tempo, fez-se referência a alguns empresários católicos empenhados na dignidade da pessoa humana, e numa sociedade mais justa e igualitária. Esta aula acabou por ir ao encontro da conferência que foi realizada na Escola pelo economista Doutor João César das Neves e organizada pelos docentes estagiários Zeferino Sakapepa e Otilia Santos, onde o Orador refletiu sobre a economia e o empreendedorismo numa visão cristã; a sua opinião tornou-se ainda mais valiosa neste contexto, sendo ele uma referência no mundo cristão e económico.

O tema da *Espiritualidade na Empresa* assim como o tema da *Espiritualidade do Trabalhador* foram selecionados para terminar a planificação anual onde de uma maneira geral se tinha como objetivo mostrar a relevância da espiritualidade no conhecer de si próprio, na busca de soluções, no encontro da fé para superar as dificuldades.

Em conclusão, nesta primeira parte da reflexão verificou-se que as nossas aulas tiveram como base um processo de ensino-aprendizagem que não se focou unicamente no professor e no aluno, mas também na inclusão das temáticas a lecionar na realidade dos mesmos, a integração das outras componentes do saber e a implementação de novas formas de ensino com o uso das novas tecnologias.

#### **4. Visão global da prática letiva**

São muitas as conclusões ao fazermos uma análise da prática letiva, mas a nossa principal preocupação foram os alunos, porque consideramos que são eles a chave para a solução dos muitos problemas da nossa sociedade.

Procurámos sempre fazer com que o processo ensino-aprendizagem da disciplina fosse virado para os discentes e os seus interesses, não descurando de introduzir os temas programáticos tendo em conta os objetivos pré-definidos.

Conseguimos estratégias ou atividades atrativas com contexto atual de modo que os alunos identificassem com mais clareza aquilo que pretendíamos, muitas vezes buscando testemunhos reais, vivências pessoais, etc., extraindo o espírito crítico e analítico como podemos verificar nos debates ou *brainstorming* (“tempestade de ideias” em que os alunos são convidados a dar as suas opiniões sobre os temas) efetuados. Consequentemente, foram também utilizados recursos tecnológicos com os quais os alunos estavam familiarizados, como o vídeo e a internet enquanto ferramenta de pesquisa e de demonstração de exemplos dos temas estudados.

Mas ser docente também é ser crítico e simultaneamente flexível, pois as planificações são orientações e não processos inflexíveis. Houve momentos em que se introduziu temas que não constavam nas mesmas, assim como existiriam tarefas ou atividades que melhor resultariam na aquisição dos conhecimentos por parte dos alunos. Assim, poderíamos ter optado por não usar vídeos em tantas aulas, aplicando mais trabalhos de pesquisa por parte dos alunos ou mesmo construção de painéis de imagens com vista a exemplificar algumas temáticas; investir em algumas visitas de foro social de promoção do combate ao desemprego, etc. No entanto, tivemos o cuidado de realizar atividades extracurriculares com vista a complementar aquilo que foi dado em aula, o

que se revelou preponderante para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento do espírito solidário.

Este ponto enquadra-se naquilo que entendemos ser um ensino cooperativo que abarca várias áreas do saber, sendo só possível com a criação de novas estratégias de aprendizagem cooperativa entre discentes, para que desenvolvam a capacidade de saber ser e saber fazer. Daqui em diante vamos seguir o pensamento de Richard I. Arends, valorizando o seu contributo no âmbito do ensino cooperativo. Todos os modelos educacionais são caracterizados pelas suas estruturas de tarefas, pelas suas estruturas de objetivos e pelas suas estruturas de recompensa. Na ótica deste autor, as estruturas de recompensa

“compreendem a forma como as aulas são organizadas e o tipo de trabalho que é pedido aos alunos. Elas têm em conta se o professor está a trabalhar com a turma toda ou com pequenos grupos, o que se espera que os alunos cumpram, e as exigências cognitivas e sociais que lhes são pedidas para poderem completar as tarefas de aprendizagem que lhes são solicitadas”<sup>25</sup>.

As estruturas de tarefas diferem mediante as atividades envolvidas numa dada aula. Há aulas em que os alunos têm de ter uma atitude mais passiva, estar focados em receber informações do professor, e há aulas que requerem que os alunos façam fichas de trabalho e entrem em debate.

As estruturas de objetivos têm a ver com a interdependência exigida aos alunos enquanto realizam o seu trabalho. Porém, as estruturas objetivas podem ser individualistas (quando o objetivo educacional não requer interação com os outros), competitivas (quando os alunos conseguem alcançar os seus objetivos, mesmo sabendo que os outros podem não conseguir alcançar os seus) e cooperativas (quando o aluno

---

<sup>25</sup> Richard ARENDS, *Aprender a Ensinar*, 7ª ed., McGraw-Hill, Madrid, 2008, 344.

tem de ter a certeza de que consegue realizar o seu trabalho, mas também deve ajudar o outro a realizar o seu trabalho, uma vez que o objetivo é a aprendizagem comum).

As estruturas de recompensa também podem variar nos diferentes modelos educacionais. “Os termos estruturas de objetivos e estruturas de recompensa referem-se ambos ao grau de cooperação ou de competição necessário entre os alunos, para que estes alcancem os seus objetivos e recompensa”<sup>26</sup>. Em geral, as aulas organizadas com base em modelos centrados no professor são caracterizadas por estruturas de tarefas, em que os alunos são chamados a trabalhar de forma individual para aprender as matérias curriculares. Neste sentido, as estruturas de objetivos e de recompensa são muitas vezes baseadas na competição e no esforço individual.

O que está em causa para nós é fundamentalmente o desenvolvimento integral dos alunos. Para isso, foi preciso conhecermos o contexto de cada um. Este tipo de aprendizagem que engloba a cooperação e a partilha de saberes é defendido por Arends. Na linha da aprendizagem de cooperação, Arends diz que “em algumas escolas, os alunos têm poucas oportunidades de trabalhar em tarefas comuns e, por conseguinte, muitos alunos não sabem como trabalhar de forma cooperativa”<sup>27</sup>. Para nós pareceu-nos importante ajudar os alunos a trabalhar de forma cooperativa, não só para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, mas também ajudá-los a aplicar estas competências noutras áreas disciplinares. Por isso, decidimos desenvolver com os nossos alunos três tipos de competências: competências sociais, competências de partilha e competências de participação.

No que diz respeito às competências sociais, notámos que os alunos não têm competência suficiente para trabalharem de forma cooperativa entre si. Portanto,

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, 344.

<sup>27</sup> *Ibidem*, 367.

ajudámo-los a interagir com os outros, como desenvolver planos de ação, como avaliar o progresso do grupo. Além disso, pareceu-nos pertinente que os alunos aprendessem a partilhar. Um aluno que estuda sem ter capacidade de partilhar o seu saber fazer e o seu saber ser acaba por empobrecer a história da sua vida e o seu valor humano. Como é sabido, muitos alunos têm dificuldade em partilhar o tempo e os materiais. Estas dificuldades podem prejudicar a gestão de aprendizagem cooperativa na sala de aula. Aos poucos fomos dando responsabilidades individuais e coletivas, como por exemplo “construir um cartaz publicitário onde cada aluno tinha um trabalho específico ou fazer uma ação social visitando um colega doente ou um vizinho”<sup>28</sup>.

Por último, temos a competência de participação. Aqui verificamos que nem todos os alunos sentiam vontade de participar ou porque são tímidos ou pela forma como são educados pela família. Daí a importância de sabermos um pouco sobre o seu contexto familiar e social. Desenvolvemos com os alunos estas três competências: sociais, partilha e participação, para que tivessem conhecimento mútuo entre si. Esta linha de orientação está sustentada em Arends quando afirma que “antes de os alunos poderem trabalhar eficientemente em grupos de aprendizagem cooperativa, eles têm de se conhecer e de respeitar as suas diferenças individuais”<sup>29</sup>. A escuta mútua entre os alunos e a ajuda das estratégias pedagógicas dos professores permite sem dúvida uma aprendizagem cooperativa.

No que concerne à definição de conteúdos a lecionar, redefinimo-los, adotando o manual mas aplicando outros conteúdos que entendemos pertinentes, tais como: a noção de trabalho ao longo da história; o trabalho como parte integrante da construção da

---

<sup>28</sup> Este trabalho foi realizado com os alunos, não de forma escrita, mas de forma oral. Cada aluno partilhou a sua experiência de trabalho.

<sup>29</sup> *Ibidem*, 368.

pessoa humana; a evolução da concepção da mulher ao longo dos tempos; a importância do bem comum tendo em conta os documentos do magistério; a importância dos sindicatos; dia do trabalhador e da mulher; etc.

Apesar de algumas lacunas, consideramos que a nossa prática letiva foi bem conseguida porque tivemos um olhar crítico no que concerne aos conteúdos programáticos, delineando-os conforme os nossos objetivos e aquilo que pretendíamos que os discentes aprendessem, partindo de estratégias aliciantes e que dessem preponderância aos alunos sempre com a orientação do docente. Consequentemente, tivemos sempre uma atitude proactiva, participativa e interventiva na escola, assumindo a relevância da disciplina da ERMC nos currículos pedagógicos e a escola como espaço preponderante para a formação do indivíduo.

A nossa ação pedagógica não se cingiu só à sala de aula, mas alargou-se à realização de atividades extracurriculares como forma de complementar o processo de ensino-aprendizagem e envolver toda a comunidade escolar nas atividades desenvolvidas no âmbito da disciplina. Ao fazê-lo, procurámos concretizar aquilo que é nossa profunda convicção: que toda a prática pedagógica deve ser um ato flexível orientado para os interesses dos alunos e dos docentes, um processo atualizado, adaptável àquilo que é a aquisição dos conhecimentos científicos.

O professor deve assumir isso mesmo e ter espírito de abertura às novas abordagens para continuar a ser um exemplo para a sociedade e acima de tudo para os discentes. O mesmo se aplica aos professores da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Tendo por base o espírito crítico face ao programa da disciplina. Depois de falarmos da nossa prática letiva, vamos entrar no segundo capítulo, onde abordaremos de forma teórica o tema do trabalho como uma realidade existencial.



## **CAPÍTULO II: A dignidade do trabalho como realidade existencial**

### **1. O trabalho como questão antropológica**

A história de cada indivíduo também se constrói mediante o trabalho, já que o trabalho valoriza a existência humana e dá sentido ao processo de construção da humanização. Para a análise deste tema, parece-nos importante desenvolver o seu contexto histórico, identificar as perspectivas religiosa e civil do conceito de trabalho e tudo o que lhe está inerente, nomeadamente as questões relacionadas com os direitos associados, a sua importância na sociedade e o que é que a sua ausência poderá acarretar na vida das pessoas, isto é, interferir na dignidade humana.

#### *1.1. A visão do trabalho ao longo da história*

Na história da humanidade a experiência do trabalho nem sempre foi vista da mesma maneira. Por isso, parece-nos importante perceber o trabalho nas suas variadas formas e contextos, desde a Grécia antiga, passando pelo tempo medieval e moderno, até aos nossos dias.

Tradicionalmente, em diferentes épocas, o trabalho foi destinado aos escravos, a quem não era reconhecida a condição de pessoa, sendo encarados como mercadoria, objetos de compra e venda.

Inicialmente, é de salientar que “os gregos colocaram ao lado de Homero, como seu segundo poeta, Hesíodo. No final do século VIII a.C., Hesíodo, no seu poema

‘Erga’, revela a segunda fonte da cultura, o valor do trabalho”<sup>30</sup>. Ora, com Hesíodo, o trabalho passa a ter um valor diferente na cultura grega antiga. Este autor faz uma descrição clara sobre o trabalho no seu tempo, em que se percebe que o camponês, após o dia de trabalho, se reunia na praça para discussão de assuntos relevantes para o grupo social.

A necessidade do trabalho na vida da pessoa acaba por ser visto como um valor existencial. Por isso, Hesíodo celebra o trabalho como único caminho, ainda que difícil, para alcançar a virtude. Para ele, o trabalho é visto igualmente como bênção; o homem deve ganhar o pão com o suor do seu rosto e da sua força, deve realizar o trabalho para a sua subsistência e humanização.

No que concerne à sociedade medieval, o “trabalho continua a caracterizar a condição natural da humanidade, que no caso de uma sociedade decadente, conduz à existência e à fadiga”<sup>31</sup>; eis o carácter penoso do trabalho. Existiam várias empresas familiares que vendiam uma pequena produção artesanal; todos os membros da família trabalhavam juntos para vender produtos nos mercados. Além das empresas familiares, havia oficinas com muitos aprendizes que recebiam moradia e alimentação em troca de algum valor. Passou-se assim, e progressivamente, de um trabalho individual (Antiguidade), para um trabalho familiar em que todas as famílias trabalhavam em prol do sustento de todos, para o coletivo.

A Idade Média foi um período histórico de intensa construção do que é o trabalho, no qual os critérios cristãos estiveram muito presentes. Esta foi a época em que

---

<sup>30</sup> Cf. V. ELIANE, “O Trabalho: breve visão da concepção de castigo da antiguidade cristã, valor social afirmado na Encíclica *Rerum Novarum* no século XIX e despontar no século XXI como valor Bioético”, *Bioéthikos*. Centro Universitário – São Paulo, 4:3 (2010), 350-351.

<sup>31</sup> Cf. “Revolução Industrial”, in *Só História* ([www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revoluo-industrial.html](http://www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revoluo-industrial.html)); consultado a 16 de agosto de 2014).

se procurou refazer a Europa, a partir das ruínas do Império Romano, comunicando sobretudo a grande herança dos Estados fundados na noção do Direito. O “cristianismo fecundou estes tempos com o seu contributo ético e humanístico”<sup>32</sup>. O próprio cristianismo, na sua realidade humana, soube oferecer ao mundo os grandes valores do evangelho que têm como fonte a Revelação.

A atividade produtiva era essencialmente artesanal e manual, usando-se ocasionalmente algumas máquinas simples. Havia artesãos que se organizavam, e dividiam as responsabilidades em termos de produção; às vezes, o mesmo artesão cuidava de todo processo, desde a obtenção de matéria-prima até à comercialização do produto final. Esses trabalhos normalmente eram realizados em oficinas, nas casas próprias dos artesãos e os próprios profissionais da época dominavam muitas etapas do processo produtivo.

Na época moderna, e nos alvares da revolução industrial, apesar de a produção ser predominantemente artesanal, países como a França e a Inglaterra possuíam manufaturas. “As manufaturas eram grandes oficinas onde diversos artesãos realizavam as tarefas manualmente, entretanto, subordinados ao proprietário da manufatura”<sup>33</sup>. Os operários eram explorados sendo forçados a trabalhar até 15 horas por dia em troca de um salário baixo, e entre eles, mulheres e crianças eram obrigadas a trabalhar para sustentarem as suas famílias.

É com a revolução industrial que o *modus operandi* do trabalho ganha uma nova forma, assim como a questão do trabalho e, conseqüentemente, altera a dignidade humana. Os trabalhadores perderam o controlo do processo produtivo, uma vez que

---

<sup>32</sup> Cf. C. VERDETE, *Doutrina Social da Igreja*, Paulus, Lisboa, 2007, 7.

<sup>33</sup> “Revolução Industrial”, in *Só História* ([www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revolucao-industrial.html](http://www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revolucao-industrial.html)); consultado a 16 de agosto de 2014).

passaram a trabalhar para um patrão, na qualidade de operários ou empregados, perdendo a posse da matéria-prima, do produto final e do lucro. Este último processo enquadrava-se num conjunto de mudanças tecnológicas com grande impacto no processo produtivo a nível económico e social. Essas mudanças económicas e sociais começaram na Inglaterra em meados do século XVIII, e expandiram-se pelo mundo a partir do século XIX.

Uma nova relação entre capital e trabalho começa a impor-se, e também novas relações entre países começam a estabelecer-se. Estas alterações deveram-se a uma série de fatores, como o liberalismo económico, a acumulação de capital e inúmeras invenções, tais como o motor a vapor. A partir daí, o capitalismo tornou-se o sistema vigente.

“Os meios simples de produção dão lugar a meios extremamente complexos. O operário tem que obedecer ao ritmo da máquina, suprimindo toda a atividade física e intelectual; e a máquina torna-se como que um meio de tortura. Dependia da sua capacidade de trabalhar e do salário que lhe garantia o seu sustento. Ele torna-se um mero acessório da máquina ao qual se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender.”<sup>34</sup>

Desta forma, “dá-se início a uma especialização do trabalho; o seu significado e as suas normas já não são ditadas pela religião, mas pelo interesse material e pelas ideologias modernas”<sup>35</sup>. É nesse período que surgem os primeiros sindicatos, embora não estivessem bem organizados e não fossem reconhecidos como tal. Estas alterações estruturais e laborais mexeram com a conceção de trabalho e a sua dignidade, criando

---

<sup>34</sup> K. MARX, F. ENGELS, *Proletários de todos os países, uni-vos! Manifesto Comunista*, 2ª ed., Partido Comunista Português, Lisboa, 1997, 36 (<http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/manifes.pdf>; consultado a 20 de fevereiro de 2013).

<sup>35</sup> J. N. SCHASCHING, “L’homme et le travail: de *Rerum Novarum* à *Laborem Exercens*”, *Didaskalia* 12 (1982) 233-234.

frequentemente consequências nefastas no enquadramento familiar, social e económico das populações.

Podemos referir que do ponto de vista da classe trabalhadora, com a estrutura socioeconómica ocidental, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados.

No século XIX tudo se modificou. “Economicamente, a Europa era totalmente dominada pelo capitalismo baseado no liberalismo individualista e no protecionismo imperialista. Apareceram então, as primeiras grandes multinacionais”<sup>36</sup>. Nesse período, o capitalismo aumenta a sua exploração, aumentando assim o número de gente que vive em condições cada vez mais difíceis. Nesta fase, a Igreja mostrou-se atenta e preocupada com a situação dos operários, e nesse contexto o Papa Leão XIII dedica a primeira Encíclica Social à questão operária. A Igreja sempre se preocupou com as questões do trabalho, e está sempre atenta na sua ação evangelizadora para que a vida do ser humano tenha sentido.

Ao longo dos últimos séculos foi ganhando forma a realidade do trabalho-emprego. No auge do século XX e início do século XXI, o trabalho aparece como algo essencial para o funcionamento de uma sociedade “estabelecida segundo as normas da justiça e da equidade, que, no caso contrário, ficariam profundamente lesadas, ainda mesmo que o contrato de trabalho fosse livremente ajustado por ambas as partes”<sup>37</sup>.

A realidade histórica mostra-nos claramente que o trabalho enquanto experiência humana foi visto pelos homens como um processo. Tudo isso mostra que o mundo foi aprendendo ao longo da história a valorizar a pessoa que trabalha, no sentido em que a

---

<sup>36</sup> Cf. *Ibidem*, 9.

<sup>37</sup> G. FILIBECK, *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, Principia Editora, S. João do Estoril, 2000, 721.

relação entre o trabalhador e o dono da empresa seja uma relação de respeito pela pessoa que executa o trabalho, e não um mero meio de obtenção do produto final resultante do esforço do trabalhador. Todavia, este respeito pelo trabalhador tem sido recentemente colocado em causa pela conjuntura mundial, causadora de adversidades que resultam no aumento da precariedade laboral que afeta a dignidade humana.

À medida que a sociedade se foi alterando no tempo, os valores foram mudando, e por vezes de forma menos correta. A Igreja sempre procurou estar atenta a essas mudanças, e ter o ser humano e as suas experiências – entre as quais a dignidade do trabalho – no centro das preocupações do seu ensinamento pastoral e social.

### *1.2. O homem e o trabalho*

Constatou-se que a nossa vida se alicerça no trabalho, ou seja, não pode haver a experiência existencial sem trabalho. É parte integrante de cada ser humano, seja qual for a sua origem, raça, cultura, e crença.

Pelo trabalho, o ser humano humaniza-se a si próprio, e humaniza os outros. Trata-se de uma necessidade vital, impondo-se em nós como realização humana; por isso, é preciso que todos tenham acesso a ele, como afirma Francisco: “uma sociedade que não oferece o trabalho a todos é uma sociedade injusta”<sup>38</sup>. E a sua ausência na vida do homem interfere na sua dignidade, dado que, segundo Francisco, “a dignidade não está no poder, no dinheiro, na cultura; a dignidade está no trabalho”<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> Cf. FRANCISCO, “A dignidade do trabalho”. No 1º de maio de 2013. Acessível em <http://www.zenit.org/fr/articles/le-travail-c-est-la-dignite-de-l-homme> (consultado a 22 de julho de 2014).

<sup>39</sup> Cf. FRANCISCO “Audiência Geral” de 1 de maio de 2013. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco\\_20130501\\_udienza-generale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130501_udienza-generale.html) (consultado a 27 de agosto de 2014).

Sob o ponto de vista antropológico, trabalhar é também “estar envolvido em humanidade. Não significa apenas fazer o trabalho diário que você precisa fazer para ganhar a vida, mas fazer alguma coisa especial com esse trabalho”<sup>40</sup>. No fundo, é uma ação que implica solidariedade, capacidade relacional e amor. Estes aspetos são inerentes ao próprio homem, que se distingue, como ser pensante, dos animais, relacionando-se com os outros, para que a sua vida e a de outrem, tenham sentido, e que todos possam conviver num mundo tão heterogéneo, superando obstáculos, testando os limites individuais, não prejudicando os interesses dos outros. Todavia, a questão do trabalho necessita de ir além do ponto de vista reflexivo, devendo também ter em conta a construção de uma sociedade que promova uma cultura de dignidade do trabalho.

O trabalho faz parte da atividade humana e pelo trabalho a pessoa transforma a sua vida e a natureza, como experiência vivida no tempo. Pelo trabalho o homem percebe de forma profunda a sua dimensão antropológica que o lança para o Infinito. “O trabalho é um bem do homem, é um bem da humanidade porque, mediante o trabalho, o homem não somente transforma a natureza, adaptando-a às suas próprias necessidades, mas realiza-se também a si mesmo como homem e até, em certo sentido, se torna mais homem”<sup>41</sup>. Esta realização pessoal através do trabalho pode ser efetuada individualmente; no entanto, convém não esquecer que o homem, para ser reconhecido, necessita do outro. Esta perspetiva torna-se pertinente quando vemos que nos inserimos numa sociedade global. Por isso, a pessoa não trabalha só para si mesmo, mas para o bem de todos.

---

<sup>40</sup> Cf. R. JEAN, *Psiquiatria para a vida prática*, tradução de Octávio Mendes Cajado, editorial Cultural – São Paulo, Brasil, 1974, 25.

<sup>41</sup> Cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 9. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091981\\_laborem-exercens.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html) (consultado a 26 de maio de 2015).

O trabalho tem a capacidade de desenvolver a dimensão inter-comunicacional. Possui essencialmente uma dimensão social intrínseca, cruzando-se sobretudo com outras pessoas. Trabalhar é trabalhar com os outros e para os outros. Ninguém trabalha só para si mesmo. Contudo, as condições para exercer o trabalho devem ter determinados pressupostos, já que na avaliação do trabalho como experiência e necessidade se deve ter sempre em conta a dimensão social. Portanto,

“se a sociedade não forma realmente um corpo organizado, e a ordem social e jurídica não protegem o exercício do trabalho; se as várias profissões, dependentes como são entre si, não trabalham de forma concertada e não se ajudam mutuamente; se enfim, e mais ainda, não se associam e colaboram juntos a inteligência, o capital e o trabalho, não pode a atividade humana produzir fruto. Logo não pode ser com justiça avaliada, nem remunerada equitativamente, se não se tem em conta a sua natureza social e individual”<sup>42</sup>.

Desta feita, para além da sua componente cooperativa, deve haver condições sociais justas que passam por um melhor salário, condições de trabalho, igualdade de direitos em ambos os sexos, etc. Se estes pressupostos forem cumpridos por todos os intervenientes, entidade patronal, empregado e governo, o trabalho pode ser entendido como um direito. O homem deve trabalhar para responder às exigências do mundo, uma vez que ele faz parte do mundo e está dentro do mundo.

“O trabalho perfila-se como obrigação moral em relação ao próximo, que é, em primeiro lugar, a própria família, mas também à sociedade, à qual se pertence; à nação, da qual se é filho ou filha; a toda a família humana, da qual se é membro: somos herdeiros do trabalho de geração em geração e ao mesmo tempo artífices do futuro de todos os homens que viverão depois de nós”<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 273.

<sup>43</sup> Cf. *Ibidem*, nº 274.

Na Encíclica *Laborem Exercens*, de 1989, João Paulo II apresenta uma nova compreensão do que é o homem trabalhador, partindo, sobretudo, da Sagrada Escritura. Ora, o sentido primordial da subjetividade do conceito de trabalho assenta na origem do homem criado à imagem de Deus. Porém, “a civilização materialista, que invade o nosso mundo, tende a relegar para o segundo plano a dimensão subjetiva do trabalho fecundado sobre a dignidade do homem”<sup>44</sup>.

É necessário também abordar a importância da justiça, do amor, da dignidade e dos direitos no mundo laboral. Já a constituição *Gaudium et Spes* (GS) do Concílio Vaticano II afirma que “tendo em conta as funções e produtividades de cada um, bem como a situação da empresa e o bem comum, o trabalho deve ser remunerado de maneira a dar ao homem a possibilidade de cultivar dignamente a própria vida material, social, cultural, espiritual e a dos seus”<sup>45</sup>. João Paulo II, no mesmo sentido, dá um exemplo relativo à dimensão social e diz:

“A Igreja e eu mesmo, porque fiz a experiência do trabalho físico, como operário, estamos profundamente envolvidos nos problemas da justiça social. A Igreja está convicta de que a justiça, toda a justiça, e portanto também a justiça social com toda a sua importância, não resolve todos os problemas da pessoa humana”<sup>46</sup>.

Assim, a dignidade do trabalho deve ter em conta a humanidade inteira, para que o homem possa realizar a sua dimensão humana e espiritual. À medida que este vai trabalhando, poderá compreender melhor a dimensão antropológica que envolve o sentido educativo, moral e social. No fundo, o trabalho no sentido *objetivo*.

---

<sup>44</sup> Cf. JOÃO PAULO II, “‘O trabalho baseado na dignidade da pessoa, na cidade do Porto’: encontros com os trabalhadores”, *L’Osservatore Romano*, 23 de maio de 1982, 19.

<sup>45</sup> Cf. *Gaudium et Spes*, n° 67, 1987.

<sup>46</sup> Cf. JOÃO PAULO II, “S. José pela sua fê foi testemunha do cumprimento da promessa”, homilia da missa em Livorno, in *L’Osservatore Romano*, 28 de março de 1982, 4.

“É o conjunto de atividades, recursos, instrumentos e técnicas de que o homem se serve para produzir, para dominar a terra. No sentido *subjetivo* é o agir do homem enquanto ser dinâmico, capaz de levar a cabo várias ações que pertencem ao processo do trabalho e que correspondem à sua vocação pessoal”<sup>47</sup>.

Encontrar o sentido laboral, conciliando aquilo que se gosta de fazer e ao mesmo tempo produzir a sua própria riqueza. Aliado a estes aspetos, surge a interligação entre as pessoas no processo laboral que, de alguma forma, contribuem para a formação pessoal do ser humano. Para que todos tenham possibilidade de se desenvolver como tal é necessário que todos tenham direito à educação e ao trabalho. Este último é um bem de todos, que deve estar disponível para todos aqueles que são capazes de trabalhar. O “pleno emprego” é, portanto, um objetivo obrigatório para todo o ordenamento económico orientado para a justiça e para o bem comum. “Uma sociedade onde este direito seja sistematicamente negado, onde as medidas de política económica não consintam aos trabalhadores alcançarem níveis satisfatórios de ocupação, não pode conseguir nem a sua legitimação ética nem a paz social”<sup>48</sup>.

Uma vez que o Estado é o garante da estabilidade social, política e económica na sociedade, este tem o direito e o dever de promover o trabalho, uma vez que o Estado, criando políticas laborais ativas que possam incentivar o trabalho. A dimensão de trabalho constrói-se com a história, sendo o resultado da interação de fatores religiosos, económicos, psicológicos e políticos, que de certo modo atuam numa determinada cultura.

---

<sup>47</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA e PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 281.

<sup>48</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 43. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html) (consultado a 31 de maio de 2015).

No âmbito dos aspetos religiosos, muito contribuiu a Encíclica *Laborem Exercens*, visto ser uma profunda e fundamental reflexão sobre o trabalho humano, indicando o homem trabalhador como o homem que, a partir da sua realidade laboral, encontra espaço para a sua realização pessoal e comunitária. O homem constrói-se a partir do trabalho humano, e este trabalho permite-lhe encontrar espaço de relação com a sua comunidade, enquanto família, paróquia, cidade, vila, etc. Toda a pessoa que trabalha sem abertura ao outro, à comunidade a que pertence, seja religiosa, familiar ou associativa, torna-se pobre do ponto de vista mental, afetivo e espiritual.

Por isso, cada um deve cooperar com os outros, para que o trabalho possa dar sentido à vida; daí que a reflexão sobre o trabalho a partir de uma dimensão bíblica/teológica seja relevante, porque o ser humano é um ser infinito com a ânsia de viver, é um ser chamado a dar sentido à sua vida mediante o trabalho. O ser humano não se realiza apenas mediante o trabalho sem uma marca espiritual, e é esta perspectiva que iremos esmiuçar no próximo ponto.

## **2. A dimensão bíblica e teológica do trabalho**

A Igreja não pensa as questões do trabalho sem ter em atenção o homem na sua estrutura bidimensional, humana e espiritual, porque o trabalho humaniza a pessoa e eleva-a à dimensão espiritual e relacional. Isso mesmo afirma João Paulo II na encíclica *Laborem Exercens*:

“A Igreja está convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra. E ela radica-se nesta convicção também ao considerar todo o património das múltiplas ciências centralizadas no homem: a antropologia, (...) a sociologia, etc.; todas elas parecem testemunhar de modo irrefutável essa realidade. A Igreja, porém, vai desaurir esta sua convicção sobretudo na fonte da palavra de Deus revelada e, por conseguinte, aquilo que para ela é uma

convicção *da inteligência* adquire ao mesmo tempo uma *convicção de fé*. A razão está em que a Igreja – vale a pena acentuá-lo desde já – acredita no homem. Ela pensa no homem e encara-o *não apenas* à luz da experiência histórica, não apenas com os subsídios dos múltiplos métodos do conhecimento científico, mas sim e em primeiro lugar, à luz da palavra revelada de Deus vivo. A Igreja ao referir-se ao homem, ela procura exprimir aqueles desígnios eternos e aqueles destinos transcendentais que Deus vivo, Criador e Redentor, ligou ao homem”<sup>49</sup>.

### 2.1. *Fundamentos bíblicos e teológicos do trabalho na perspectiva da criação*

A Igreja, ao longo dos anos, teve uma ligação muito próxima com a vida laboral, tendo sempre uma abordagem direta ou indireta, através de ações junto da comunidade, ou então a partir de documentos escritos que mostram o valor do trabalho para o ser humano. Esta última abordagem permite às pessoas identificar com mais facilidade a mensagem que a Igreja pretende transmitir, como, por exemplo, a existência do bem e do mal, e todas as questões da vida. Neste caso particular, do trabalho, consideremos dois textos bíblicos:

“Esta é a origem da criação dos céus e da terra. Quando o Senhor Deus fez os céus e a terra, e ainda não havia arbusto algum pelos campos, nem sequer uma planta germinara ainda, porque o Senhor Deus ainda não tinha feito chover sobre a terra, e não havia homem para a cultivar” (Gn 2, 4-5). O texto refere-se sobretudo ao trabalho agrícola. Sem chuva vinda do Alto, sem o trabalho do homem, não há agricultura. O ser humano deve apreciar a beleza de Deus, porque tudo criou para que o homem se sinta feliz. Por isso, Deus deu a terra a todo o género humano, não excluindo ninguém. Mas a terra não dá os seus frutos sem uma ação do homem, isto é, sem o trabalho do mesmo. É

---

<sup>49</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, n° 4.

mediante o trabalho que o homem com a sua inteligência, e também liberdade, consegue dominá-lo no sentido de colocar a terra ao serviço da pessoa enquanto ser.

“O Senhor Deus levou o homem e colocou-o no jardim do Eden, para o cultivar e, também, para o guardar” (Gn 2,15). Uma vez mais se apresenta o homem a trabalhar a terra para o sustento da sua vida. “Destá forma o homem é o veículo para continuação do trabalho de Deus na terra”<sup>50</sup>. Por isso, a Igreja anseia que as condições de trabalho sejam proporcionadas pelos governos dos povos e pelos patrões dos trabalhadores, já que só assim é que o trabalho terá sentido e o homem poderá continuar a construir o seu caminho.

A natureza deve estar a funcionar em favor do homem sem desequilíbrios existenciais. Na continuidade desta temática sobre o trabalho, a *Gaudium et Spes* (GS) reafirma o mesmo, a partir do desígnio de Deus, no sentido em que tudo o que existe na terra é para o bem de todos.

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça secundada na caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens. Por esta razão, quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores que legitimamente possui só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mas também aos outros”<sup>51</sup>.

Quer dizer que tudo o que temos não nos pertence, e aquele que mais tem, deve ajudar quem precisa, dado que quem acumula os bens só para si sem o horizonte de partilha empobrece a sua própria vida.

---

<sup>50</sup> J. CARREIRA DAS NEVES, “O trabalho na Bíblia”, *Communio* 1:2 (mar-abr 1984), 104-105.

<sup>51</sup> *Gaudium et Spes*, n° 69.

Sob o ponto de vista da responsabilidade na relação entre patrão e empregado, no Novo Testamento, na carta de Tiago, encontramos o texto mais inquietante, que expressa a exploração de trabalho em vários níveis, e, ao mesmo tempo, é um convite à luta pelos explorados, injustiçados do nosso tempo: “Não pagaram o salário aos trabalhadores que ceifavam as vossas searas; o seu salário roubado protesta contra vós e os gritos dos ceifeiros já chegaram aos ouvidos de Deus Todo Poderoso”. Tg 5,4. Ora, perante uma crise global, somos convidados, a partir do texto de Tiago, a não estarmos indiferentes às dificuldades e injustiças vividas pelos trabalhadores do nosso tempo. S. Basílio Magno convidou todos os ricos a abrirem as portas das suas riquezas, e afirmou o seguinte:

“Um grande rio derrama, em mil canais, sobre o terreno fértil: de igual modo, por mil vias, tu faz chegar a riqueza à habitação dos pobres. O rico não é mais que um administrador daquilo que possui. Dar o necessário a quem necessita é obra a ser cumprida com humildade, porque os bens não pertencem a quem os distribui. Quem tem as riquezas somente para si não é inocente, dar a quem tem necessidade significa pagar uma dívida”<sup>52</sup>.

Desta forma, é pertinente asseverar que o conceito do trabalho foi abordado de forma categórica, mostrando que se trata de uma questão que preocupa toda a Igreja. São relatados episódios que nos indicam a preponderância de um trabalho digno, que o homem é um canal da obra de Deus na terra, e que Deus nos dá as ferramentas para trabalhar de forma a construir o bem. À Igreja cabe, como instituição que é, orientar o homem para não se desviar do caminho da justiça, da partilha, e do amor. O trabalho deve estar ao serviço da pessoa, ou seja, uma das finalidades do trabalho é favorecer a pessoa na sua dignidade. Por isso, o trabalho pode ser visto na sua realidade subjetiva.

---

<sup>52</sup> Citado por J. CARREIRA DAS NEVES, “O trabalho na Bíblia”, 215.

O trabalho na sua dimensão subjetiva é sempre uma ação pessoal, tem a ver com a pessoa, que engloba corpo e espírito, e portanto pode ser trabalho manual ou intelectual. Por isso, é preciso que haja um esforço interior da parte do ser humano, guiado pelas três dimensões, a fé, a esperança e a caridade. João Paulo II afirma que

“a promoção de uma espiritualidade do trabalho terá como finalidade ajudar todos os homens a aproximarem-se, mediante o trabalho, de Deus, Criador e Redentor, e a participarem nos seus desígnios salvíficos quanto ao homem e ao mundo, com o aprofundar na sua vida a amizade com Cristo, assumindo mediante a fé uma participação viva na tríplice missão de Cristo Sacerdote, Rei e Profeta”<sup>53</sup>.

Por isso, o cristão é chamado a fazer da sua vida laboral uma entrega, para dar sentido à própria vida e à dos seus irmãos. O trabalho faz com que participemos na obra do Criador e lhe reconheçamos um propósito.

Por seu lado, o livro do Génesis, “primeiro evangelho do trabalho”, diz que o homem, criado à imagem de Deus, participa mediante o seu trabalho na obra do Criador e, num certo sentido, até a continua. Imita Deus quando trabalha, assim como quando repousa, dado que o mesmo Deus quis apresentar-lhe a própria obra criadora sob a forma do trabalho e sob a forma do repouso (cf. Gn 1,26-27).

A consciência de que o trabalho é participação na obra de Deus deve impregnar as atividades de todos os dias, pois nelas se realiza o plano de Deus na história. Deste modo, o João Paulo II pede uma espiritualidade madura que afaste tensões e inquietudes dos espíritos e dos corações, pois o homem não pode ser pensado à margem de Deus. O homem trabalhando, pode construir uma amizade profunda que se alicerça na descoberta de Deus como Criador.

---

<sup>53</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, n.º 24.

A pessoa, com a sua ação laboral no mundo, acaba por ser cooperadora da obra criadora de Deus. O cristão trabalhador tem a missão de anunciar o Evangelho, tendo em conta o testemunho da sua vida, que se radica em Cristo. O trabalhador cristão tem o dever de anunciar o Evangelho no mundo como na família, no compromisso profissional no âmbito do trabalho, da cultura e da ciência e da investigação, nos exercícios das responsabilidades sociais, económicas e políticas. Por isso, “Todas as realidades humanas seculares, pessoais e sociais, ambientes e situações históricas, estruturais e instituições, são o lugar próprio do viver e do agir dos cristãos leigos”<sup>54</sup>. Todavia, o empenhamento espiritual e dos fiéis leigos deve corresponder a esta visão e ao mesmo tempo, qualificar-se como expressão da caridade evangélica.

A espiritualidade tem uma importância fundamental no mundo em que vivemos, de forma que os leigos têm uma responsabilidade maior. A este propósito a Doutrina Social da Igreja afirma: “os fiéis leigos são chamados a cultivar uma autêntica espiritualidade laical que os regenere como homens e mulheres novos, imersos no mistério de Deus e inseridos na sociedade, santos e santificadores”<sup>55</sup>.

Contudo, “uma semelhante espiritualidade edifica o mundo segundo o Espírito de Jesus: torna capaz de olhar para além da história, sem dela se afastar; de cultivar um amor apaixonado por Deus, sem tirar o olhar dos irmãos, que se conseguem ver como os vê o Senhor e amar como Ele os ama”<sup>56</sup>.

Os trabalhadores cristãos são chamados a fortificar a sua vida moral e espiritual, à medida que vão amadurecendo no campo social e não só. A Doutrina Social da Igreja orienta-nos para o aprofundamento deste aspeto ao referir que

---

<sup>54</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 543.

<sup>55</sup> *Ibidem*, nº 545.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

“o aprofundamento das motivações interiores e a aquisição do estilo apropriado e ao empenho no campo social e político são fruto de um percurso dinâmico e permanente de formação, orientado antes de tudo para alcançar uma harmonia entre a vida, na sua complexidade, e a fé. Na experiência do crente, de facto, ‘não pode haver duas vidas paralelas’: por um lado, a vida chamada espiritual, com os seus valores e exigências; e, por outro, a chamada vida secular, ou seja, a vida da família, do trabalho, das relações sociais, do empenhamento político e da cultura”<sup>57</sup>.

É através desta dinâmica humana e espiritual que a espiritualidade e o trabalho caminham para uma participação na obra do criador.

## 2.2. *O trabalho de S. José e de Jesus*

Na Bíblia é-nos apresentado S. José como alguém que viveu de forma sensata e responsável a relação entre o trabalho e a família. S. José, trabalhando, garantia o sustento do seu filho Jesus. Jesus era submisso à sua família. “Depois desceu com eles, voltou para Nazaré e era-lhes submisso” (Cf. Lc 2,51).

“O trabalho de Jesus ao lado de José é exemplo e modelo para a família humana. Além disso, esse trabalho foi assumido no mistério da encarnação e tornou-se trabalho redentor”<sup>58</sup>. Porém, o trabalho pode ser visto como libertação do ser humano, segundo a visão cristã. Jesus pregava usando discursos e parábolas – vários dos quais recorrendo a temas ligados ao trabalho e aos trabalhadores –, e fazia tudo isso para dignificar a pessoa cheia de muitas enfermidades e fadigas. A pregação de Jesus situa-se num tempo humano e religioso:

---

<sup>57</sup> *Ibidem*, nº 546.

<sup>58</sup> Cf. J. CARREIRA DAS NEVES, “O trabalho na Bíblia”, 44.

“Ora, o dia começava a declinar. Os doze aproximaram-se e disseram-lhe: ‘despede a multidão, para que, indo pelas aldeias e campos em redor, encontre alimento e onde pernoitar, pois aqui estamos num lugar deserto’” (cf. Lc 9,12-17).

Aqui, vemos que Jesus expressa o grande amor que tem para com o seu povo. Acentua-se o aspeto humano da compaixão de Jesus, ao ver a multidão cheia de fome, que caminhava com ele, e que não comia há três dias. Olhando para este exemplo, a Igreja é convidada a agir nas situações concretas das pessoas desempregadas. Pode fazê-lo promovendo uma maior interligação entre instituições religiosas e não religiosas para concretizar iniciativas para auxiliar quem necessita.

Jesus não fugiu à lei do trabalho, ele trabalhou defendendo-o e valorizando-o. “Não é este o *carpinteiro*, o filho de Maria e o irmão de Tiago, de José, de Judas e de Simão?” (Mt 13,55). Jesus trabalhando assume a sua dimensão humana. A Encíclica *Laborem Exercens*, de João Paulo II, também refere que

“Jesus não só proclamava, mas sobretudo punha em prática com as obras o ‘Evangelho’ que lhe tinha sido confiado, a palavra da Sabedoria eterna. Por esta razão, tratava-se verdadeiramente do ‘Evangelho do trabalho’, pois aquele que o proclamava era ele próprio homem do trabalho, do trabalho artesanal como José de Nazaré”<sup>59</sup>.

Parece-nos importante dizer que Jesus pertence ao mundo do trabalho e tem apreço pelo trabalho humano. Por tudo isto, a Igreja procura ajudar quem trabalha ou quem está privado disso. A Igreja tem a missão de anunciar o Evangelho, o Reino de Deus, mas também de denunciar as atrocidades das leis civis, que muitas vezes beneficiam os mais poderosos, descurando quem necessita.

“Este trabalho, empreendido por conta própria ou ao serviço de outrem, procede imediatamente da pessoa humana, a qual como que marca com o zelo as coisas da

---

<sup>59</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 26.

natureza, as sujeita ao seu domínio. É com o seu trabalho que o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e serve aos seus irmãos, pode exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina. Mais ainda: sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré”<sup>60</sup>.

Este deve ser visto como realização pessoal e social, devendo contribuir para a relação do homem com Deus. O nosso fim último é Deus. A este respeito, o livro de Eclesiastes afirma: “Porque há quem se esforce com sabedoria, conhecimento e bom êxito, para deixar o fruto do seu labor a outro que não se esforçou. Também isto é ilusão e grande mal” (cf. Ecl 2,21).

“O autor quer significar que a herança acumulada pelo suor e trabalho dos pais, uma vez nas mãos dos filhos, acaba, às vezes por ser desbaratada. Trata-se da transitividade, por vezes alienante do trabalho. O trabalho não se pode transformar em valor absoluto, pois ele depende sempre do valor primeiro que é o homem em si mesmo; é um meio, e importante do homem se realizar e ajudar a realização dos outros”<sup>61</sup>.

Quem assenta o poder e a felicidade da sua vida só no trabalho, não saboreia a felicidade plena. Para nós cristãos, a nossa pátria não é este mundo terreno, é a eternidade, portanto, o trabalho deve ajudar a pessoa a realizar-se e a projetar o seu horizonte para Deus.

Em conformidade com José, temos S. Paulo, que encara o trabalho de uma forma muito responsável.

---

<sup>60</sup> *Gaudium et spes*, n° 67.

<sup>61</sup> Cf. J. CARREIRA DAS NEVES, “O trabalho na Bíblia”, 107.

### 2.3. O trabalho na experiência paulina

O trabalho é visto por Paulo como uma honra, uma dignidade; o apóstolo declara que vive do seu trabalho, para não ser peso para os outros na comunidade. A perspectiva de Paulo é importante, na medida em que afirma a importância de a pessoa ter trabalho digno e fazer do fruto do seu trabalho uma partilha. Por outro lado, responsabiliza os outros para que trabalhando pensem nos irmãos que não podem trabalhar, sendo solidários com os mesmos, construindo a sua dignidade laboral, pessoal e moral.

Segundo S. Paulo, o trabalho é considerado como uma atividade que permite colaborar com todas as facetas da construção do mundo e no progresso de toda a criação. S. Paulo trabalhava como artesão de tendas e expressou a sua experiência do trabalho através das suas epístolas, referindo que “se alguém não quer trabalhar não coma” (2 Ts 3,10). Exorta-nos a progredir sempre, procurando viver de forma aberta para o mundo, e também a desenvolver cada vez mais os dons recebidos de Deus. Considera que é trabalhando que a pessoa manifesta mais as qualidades que a identificam. Daí, a variedade de profissões que, na sua mútua complementaridade são um dos principais fatores, não só do progresso, mas também da união imprescindível em qualquer sociedade organizada.

Com S. Paulo, todo o ser humano é chamado a aprender e a cultivar a experiência de fidelidade no trabalho e, ao mesmo tempo, a ajudar os seus irmãos a trabalharem para o seu sustento, e a desenvolver a dimensão da caridade entre eles. Francisco não deixa de fazer referência a S. Paulo na sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

“Quando São Paulo foi ter com os Apóstolos a Jerusalém para discernir ‘se estava a correr ou tinha corrido em vão’ (Gl 2,2), o critério – chave de autenticidade que lhe indicaram foi que não se esquecesse dos pobres (cf. GL 2,10). Este critério importante

para que as comunidades paulinas não se deixassem arrastar pelo estilo de vida individualista dos pagãos tem uma grande atualidade no contexto atual em que tende a desenvolver-se um novo paganismo individualista. A própria beleza do Evangelho, nem sempre a conseguimos manifestar adequadamente, mas há um sinal que nunca deve faltar: a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora”<sup>62</sup>.

Nenhum cristão deve deixar de assumir a sua responsabilidade social e ajudar quem necessita, quem de alguma forma foi atingido pelo desemprego e sente por isso afetada a sua dignidade humana.

Depois deste enquadramento bíblico e teológico sobre o trabalho, cabe-nos também fazer uma análise do que é a realidade laboral a partir de alguns documentos do Magistério.

### **3. O trabalho na perspetiva da Doutrina Social da Igreja**

Tenhamos agora presentes alguns documentos do Magistério da Igreja.

A Carta Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, de 15 de maio de 1891, é um documento escrito no auge da segunda Revolução Industrial, no século XIX. Constitui um marco na história da Doutrina Social da Igreja; foi o documento pontifício que abriu as reflexões sociais no âmbito eclesial.

A Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, de 15 de maio de 1931. Aqui, o papa retoma e atualiza o ensinamento de Leão XIII;

A Carta Encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII, de 15 de maio de 1961. Nesta Encíclica uma das questões levantadas tem a ver com a paz, o desenvolvimento e a justiça mundial;

---

<sup>62</sup> FRANCISCO, *Alegria do Evangelho, Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, Edições Paulinas, Lisboa, 2013, n.º 195.

As constituições, decretos e outros documentos emanados pelo Concílio Ecuménico Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, com destaque para a *Gaudium et Spes* 63-76, que é objeto do nosso estudo;

A Carta Encíclica *Laborem Exercens* de João Paulo II, de 1989; esta Encíclica surge no âmbito das comemorações dos noventa anos da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, e é dedicada ao *trabalho humano*, isto é, ao homem;

A Carta Encíclica *Centesimus Annus*, de João Paulo II, de 1 de maio de 1991. Esta carta serve para marcar o centenário da Encíclica *Rerum Novarum*. Dirige-se aos bispos, ao clero em geral, às famílias, em especial aos fiéis da Igreja Católica e a todos os homens de boa vontade.

“A presente Encíclica participa nesta celebração, para agradecer a Deus, do qual ‘provém toda a boa dádiva e todo o dom perfeito’ (Tg 1, 17), que quis servir-se de um documento emanado a cem anos da Cátedra de Pedro, para operar na Igreja e no mundo imenso bem e difundir tanta luz. A comemoração, aqui feita refere-se à encíclica leonina, mas engloba depois também as Encíclicas e outros escritos dos meus predecessores, que contribuíram para a tornar presente e operante ao longo do tempo, constituindo aquela que seria chamada ‘doutrinal social’, ‘ensino social’, ou ainda ‘Magistério social’ da Igreja”<sup>63</sup>.

João Paulo II quer valorizar não só a *Rerum Novarum*, mas também o trabalho feito na Igreja pelos outros pontífices. Nesta Encíclica, o Papa apresenta como chave de leitura da Encíclica *Rerum Novarum*, a *dignidade do trabalhador* enquanto tal, no sentido em que a *dignidade do trabalho* acaba por ser vista como uma atividade humana que é destinada a prover às necessidades da vida. Em suma, a dignidade do trabalhador, o direito ao trabalho, à propriedade privada e ao justo salário, são alguns dos temas que João Paulo II não deixou de sublinhar.

---

<sup>63</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 2.

### 3.1. O trabalho e a família

Hoje em dia, a relação entre trabalho e família é muito complexa, mas o trabalho constitui um dos fundamentos sobre os quais se alicerça a vida familiar e é entendido como um direito importante e também uma vocação para o ser humano. “O trabalho é a condição que torna possível a fundação de uma família, uma vez que a família exige os meios de subsistência que o homem obtém normalmente mediante o trabalho”<sup>64</sup>. No que se refere concretamente à família, a *Laborem Exercens* diz-nos que “a família é ainda a primeira escola interna de trabalho para todos e cada um dos homens. Pelo trabalho realiza-se uma das finalidades para que nasceu a família: a educação”<sup>65</sup>.

As longas horas que a família fica fora de casa devido ao trabalho, muitas vezes, já não proporcionam um acompanhamento adequado aos filhos. Os pais são obrigados a sujeitarem-se às condições de trabalho, perdendo em muitos casos duas ou três horas para chegar ao local de trabalho. Há famílias que só se encontram aos fins-de-semana, uma vez que os horários raramente coincidem e, assim, o trabalho em vez de proporcionar uma comunhão entre a família, pais e filhos, pode trazer desfasamento, desconstrução no seio da mesma.

As desigualdades sociais afetam muito a família e o próprio trabalho. É perante este fenómeno que a *Gaudium et Spes* diz que

“É também a exigência da justiça e da equidade que a mobilidade, necessária para o progresso económico, seja regulada de tal maneira que a vida dos indivíduos e das famílias não se torne insegura e precária. (...) Deve-se, portanto, evitar-se

---

<sup>64</sup> Cf. JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 10.

<sup>65</sup> Cf. *Ibidem*.

cuidadosamente toda e qualquer espécie de discriminação quanto às condições de remuneração ou de trabalho com relação aos trabalhadores”<sup>66</sup>.

E mais adiante:

“Nas economias hoje em transformação, bem como nas novas formas de sociedade industrial, nas quais, por exemplo, a automação se vai impondo, deve ter-se o cuidado de que se proporciona a cada um trabalho suficiente e adaptado, juntamente com a possibilidade de uma conveniente formação técnica e profissional; e garantam-se o sustento e a dignidade humana sobretudo àqueles que, por causa de doença ou de idade, têm maiores dificuldades”<sup>67</sup>.

A *Gaudium et Spes* apela à responsabilidade e cuidado que se deve dar às pessoas, ou seja, oportunidades de trabalho para todos e uma atenção especial para as pessoas com deficiência.

Não devemos esquecer que o trabalho precário mexe com o ser humano, e como afirma o professor Manuel Braga da Cruz, o trabalho é fundamental para o desenvolvimento da personalidade. “A Igreja sempre defendeu que o salário não deve ser apenas uma remuneração individual, mas deve ter em consideração a necessidade de prover as necessidades familiares”<sup>68</sup>. A pessoa que trabalha está de certo modo integrada num agregado e o salário que auferir “nunca é apenas uma remuneração pelo seu trabalho”<sup>69</sup>, mas sim uma remuneração social que, antes de tudo, “deve ter presente a dimensão familiar do trabalhador e deve ter presente as necessidades que estão para além da mera subsistência de quem trabalha”<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> *Gaudium et Spes*, n° 66.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> Cf. Entrevista a Manuel Braga da Cruz, sobre o trabalho. Acessível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=97358> (consultado a 26 de outubro de 2013).

<sup>69</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>70</sup> Cf. *Ibidem*.

As exigências do trabalho e o medo de perdê-lo, fazem com que a pessoa se afaste da família e de tudo o que com ela está relacionado. No meio dessas dificuldades laborais, o homem tenta

“Assegura os meios de subsistência e garante o processo educativo dos filhos. Família e trabalho, assim estreitamente interdependentes na experiência da grande maioria das pessoas, merecem finalmente uma consideração mais adequada à realidade, uma atenção que as compreenda juntas, sem os limites de uma concepção privatista da família e economicista do trabalho”<sup>71</sup>.

A vida da família e o trabalho condicionam-se reciprocamente, criando repercussões a todos os níveis. Para além daquilo que foi indicado anteriormente, o homem deixou em muitos lares de ser o único sustento da família. A mulher passou a ser um elemento que auxilia nas despesas da casa, estando também ela ausente, afastando-se assim cada vez mais do papel de mãe. Assim, os filhos assumem a sua educação de forma autónoma, o que acarreta alguns problemas sociais, fruto do afastamento dos pais que, obrigados a isso, trabalham horas a fio, para poder manter a estabilidade financeira. Se estivermos bem atentos, constatamos que na nossa sociedade as famílias já não constituem o quadro afetivo capaz de educar as gerações vindouras.

Ora, a família tem tido, ao longo do tempo, formas e organizações diversificadas, consoante o tipo de sociedade em que se encontra inserida. Por isso,

“a família atual é nuclear, simplesmente conjugal (sem filhos), monoparental ou recomposta. Essa família está isolada na imensa malha urbana ou na periferia das grandes cidades, longe das suas famílias de origem – que secularmente vinham transmitindo experiências e oferecendo apoio – desprovida de redes de vizinhanças que ofereçam confiança e garantam o suporte solidário sem o qual os quotidianos são dificilmente suportáveis, enquadrada por uma matriz política que a ignora e a desvaloriza enquanto parceiro insubstituível na construção sustentável da sociedade.

---

<sup>71</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 294.

Famílias fragilizadas pelo isolamento, pela instabilidade dos modelos económicos e políticos, por novos paradigmas sociais e culturais que propõem um consumo sem limites, a satisfação imediata de desejos correntes, a efemeridade de projetos e soluções”<sup>72</sup>.

O trabalho precário destrutura a família; daí que a justiça e a solidariedade devam estar sempre presentes nas preocupações da Igreja e do Estado, para que o fraco se torne forte, o desempregado volte ao emprego e a dignidade da pessoa humana seja uma realidade. Outra componente das turbulências do contexto familiar fruto da precariedade social é o individualismo. João Paulo II na sua encíclica *Centesimus Annus* propõe um caminho:

“para superar a mentalidade individualista hoje difundida, requer-se *um concreto empenho de solidariedade* e caridade que tem início no seio da família com o apoio mútuo dos esposos, e depois com os cuidados que uma geração presta à outra. Assim, a família qualifica-se como comunidade de trabalho e de solidariedade. Acontece porém que, quando ela se decide a corresponder plenamente à própria vocação, pode-se encontrar privada do apoio necessário por parte do Estado, e não dispõe de recursos suficientes. É urgente prover não apenas políticas para a família, mas também políticas sociais, que tenham como principal objetivo a própria família, ajudando-a, mediante a atribuição de recursos adequados e de instrumentos eficazes de apoio quer na educação dos filhos quer no cuidado dos anciãos, evitando o seu afastamento do núcleo familiar e reforçando os laços entre as gerações”<sup>73</sup>.

Estas alterações familiares destroem inúmeras famílias (ex. divórcios) que deixam de entender o verdadeiro significado de família, em prol das exigências da sociedade, que encara as pessoas como números e não como seres humanos, contribuindo para a ausência de dignidade humana.

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 14-15, n° 21.

<sup>73</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, n° 49.

A sociedade, cada vez mais materialista, afasta o ser humano dos verdadeiros valores como a solidariedade, a família, o amor pelo outro, assumindo como primeira prioridade a obtenção de bens. Este último ponto não seria uma consequência negativa na sociedade, se o homem fosse mais orientado para adquirir bens com vista a uma distribuição igualitária em vez de existir um desfasamento entre ricos e pobres.

### *3.2. O trabalho e o bem comum*

A *Rerum Novarum*, como já foi referido, teve um papel relevante no que diz respeito à dimensão social. É um documento que tem em conta as condições que as classes trabalhadoras viviam na altura. No fundo, trata das questões levantadas durante a Revolução Industrial e as sociedades democráticas, no final do século XIX. Leão XIII neste texto desenvolve temas como a miséria da classe operária, os seus direitos e, ao mesmo tempo, defende uma intervenção da Igreja para verificar as causas e consequências da pobreza e criar soluções.

A Igreja sempre se interessou pelas questões que têm a ver com a dignidade do trabalho, e este tema surge amplamente esmiuçado quando se fala de trabalho e das suas consequências. A abordagem da Igreja em relação a este assunto destaca que existe uma relação permanente entre o trabalho e o capital, ou seja, “o trabalho precisa do capital e o capital também precisa do trabalho. O importante é que haja um acordo entre as partes”. Por outro lado,

“o erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra; como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é de tal modo oposto à razão e à verdade, como verdadeiro é o inverso: assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que formam um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também as

duas classes estão orientadas, pela natureza da sociedade, a entenderem-se harmoniosamente entre si e a corresponderem-se mutuamente em ordem ao equilíbrio”<sup>74</sup>.

Há que existir uma relação harmoniosa entre patrões e empregados com vista a um entendimento que seja bom para ambas as partes. Desta maneira, a Igreja está sempre atenta e disposta a dialogar, para que a dignidade da classe trabalhadora não seja ferida; ela diz:

“quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, elevada mais ainda pela do cristão. O trabalho físico, pelo sentir comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser motivo de vergonha, honra o homem, porque lhe assegura uma forma digna de sustentar a vida”<sup>75</sup>.

No que se refere ao salário, a Igreja sustenta que

“entre os deveres principais do patrão, é necessário destacar em primeiro lugar o de dar a cada um o salário justo. (...) Contudo, recordem-se os ricos e os patrões em geral do seguinte: pressionar os pobres e os miseráveis para obter vantagens económicas e colher o lucro à custa da carência de outro, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas”<sup>76</sup>.

O trabalho e o capital entram muitas vezes em conflito tendo em vista duas realidades: o “mundo do capital” e o “mundo do trabalho”. Neste contexto, surge, então, um grupo minoritário, com grande influência – os empresários, os proprietários e os detentores dos meios de produção – e um número elevado de pessoas que foram privadas de reconhecimento.

Tudo isto gerou de certa forma um grande conflito social:

---

<sup>74</sup> Cf. LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, nº 14. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html) (consultado a 23 de setembro de 2015).

<sup>75</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>76</sup> Cf. *Ibidem*.

“Deste modo, o conflito real que existia entre o mundo do trabalho e o mundo do capital, transformou-se na luta de classe programada, conduzida com métodos não apenas ideológicos, mas também e sobretudo políticos. O programa marxista, baseado na filosofia de Marx e de Engels, vê na luta de classe o único meio para eliminar as injustiças de classe existentes na sociedade, e eliminar as mesmas classes. A realização deste programa propõe-se começar pela *coletivização dos meios de produção*, a fim de que, pela transferência destes meios das mãos dos privados para as coletividades, o trabalho humano seja preservado da exploração”<sup>77</sup>.

É preciso haver uma relação complementar entre trabalho e capital, de forma que “na consideração das relações entre eles, sobretudo em face das imponentes transformações dos nossos tempos, deve-se entender que “o principal recurso” e o “fator decisivo nas mãos do homem é o próprio homem” e que o desenvolvimento integral da pessoa humana no trabalho não contradiz, antes favorece a maior produtividade e a eficácia do trabalho”<sup>78</sup>.

No mundo do trabalho, está-se a descobrir cada vez mais que o valor do “capital humano” tem realização e expressão no sujeito trabalhador, na sua abertura para o outro, e ainda na sua própria criatividade. O trabalhador tem direito à propriedade privada, e esta é uma das grandes teses da Doutrina Social da Igreja. A propriedade privada tem uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio do destino universal dos bens. Por isso, “o uso dos bens pelo proprietário está submetido a uma regra moral: ninguém é dono absoluto dos bens e na utilização que deles fizer deve ter em atenção, sob a sua responsabilidade pessoal, o destino universal dos bens (a utilidade comum, o bem comum)”<sup>79</sup>.

Todavia, a propriedade deve ser entendida como um direito natural, mas com cariz de obrigação social.

---

<sup>77</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 11.

<sup>78</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 278.

<sup>79</sup> C. VERDETE, *Doutrina Social da Igreja*, Paulus, Lisboa, 2007, 235.

“A legitimidade da propriedade privada advém da função vital por ela desempenhada, pela utilidade à vida humana, quer pessoal, constituindo mesmo um estímulo ao trabalho e à economia, favorecendo o sentido das responsabilidades, a iniciativa e a previdência, quer familiar, pela necessidade de assegurar, por meio dela, a estabilidade, a união, a coesão e a independência da vida familiar; quer social, pois a sociedade acaba sempre por beneficiar com uma administração mais perfeita dos bens: de facto, ensina a experiência que o homem administra com muito mais cuidado e atenção os seus próprios bens do que os que lhe não pertencem”<sup>80</sup>.

O direito à propriedade privada subordina-se ao princípio do destino universal dos bens, e não deve constituir um motivo de impedimento ao trabalho e ao crescimento de outrem.

“A propriedade privada e pública, bem como os vários mecanismos do sistema económico, devem ser predispostos para uma economia ao serviço do homem, de modo que contribuam para fazer atuar o princípio do destino universal dos bens. Nesta perspetiva, ganha relevo a questão referente à propriedade e ao uso das novas tecnologias e conhecimentos, que constituem, no nosso tempo, uma outra forma particular de propriedade, de importância não inferior à da terra e do capital”<sup>81</sup>.

Por isso, na análise da propriedade privada está de forma implícita o princípio do bem comum. A doutrina do bem comum está intimamente ligada desde a origem ao ensino da Igreja. O bem comum tem as condições de vida social que de certa forma permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar de forma plena a própria perfeição.

“O bem comum não consiste na simples soma dos bens particulares de cada sujeito do corpo social. Sendo de todos e de cada um, é e permanece comum, porque indivisível e

---

<sup>80</sup> *Ibidem*, 236.

<sup>81</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 283.

porque somente juntos é possível alcançá-lo e aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro”<sup>82</sup>.

O bem comum tem a ver com o empenhamento de todos os membros da sociedade. Por isso, ninguém está excluído de colaborar de acordo com as suas possibilidades. O bem comum é também sentido de responsabilidade. Contudo, todos têm também o direito de usufruir das condições de vida social criadas pelos resultados da consecução do bem comum. “É certo que por muito tempo pôde o capital arrogar-se direitos demasiados. Todos os produtos e todos os lucros, reclamava-os ele para si, deixando ao operário unicamente o bastante para restaurar e reproduzir as forças”<sup>83</sup>.

Leão XIII considera que

“As necessidades do homem repetem-se perpetuamente: satisfeitas hoje, renascem amanhã com novas exigências. Foi preciso, portanto, para que ele pudesse realizar o seu direito em todo o tempo, que a natureza pusesse à sua disposição um elemento estável e permanente, capaz de lhe fornecer perpetuamente os meios. Ora, esse elemento só podia ser a terra, com os seus recursos sempre fecundos. E não se apele para a providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza o direito de viver e proteger a sua existência. Não se oponha também à legitimidade da propriedade particular”.

E depois reafirma,

“Aliás, posto que dividida em propriedades particulares, a terra não deixa de servir à utilidade comum de todos, atendendo a que não há ninguém entre os mortais que não se alimente do produto dos campos. Quem os não tem, supre-os pelo trabalho, de maneira que se pode afirmar, com toda a verdade, que o trabalho é o meio universal de prover às necessidades da vida, quer ele se exerça num terreno próprio, quer em alguma parte lucrativa cuja remuneração sai apenas dos produtos múltiplos da terra, com os quais ela

---

<sup>82</sup> *Ibidem*, nº 164.

<sup>83</sup> PIO XI, Carta Encíclica *Quadragesimus Annus*, nº 54. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html) (consultado a 23-09-2015).

se comuta. De tudo isto resulta, mais uma vez, que a propriedade particular é plenamente conforme à natureza. A terra, sem dúvida, fornece ao homem com abundância as coisas necessárias para a conservação da sua vida e ainda para o seu aperfeiçoamento, mas não poderia fornecê-las sem a cultura e sem os cuidados do homem<sup>84</sup>.

Leão XIII, em particular com a sua encíclica *Rerum Novarum*, inicia um género novo de encíclicas dos Papas. Porquê? Porque estende, nesta encíclica, o campo de atenção e de preocupação daquilo que afeta imediatamente a Igreja, para se ocupar daquelas coisas que afetam, não só a Igreja mas toda a humanidade e às quais todos os homens são chamados a responder.

Leão XIII põe em evidência que existe um destino comum para os homens e para os crentes, que se decide com a justiça ou injustiça nascentes, com a humanidade ou desumanidade que a industrialização moderna trouxe consigo, com a pobreza e a riqueza geradas por novas formas de energia, de produção e de esperanças descobertas no fim do século XIX. São processos de transformação industrial, de consciencialização de grupos políticos, preocupações do mundo, e é sobre esses horizontes que o Papa se pronuncia para defender a justiça e o bem comum; a dignidade e o pão dos novos pobres: os operários.

Devemos ter presente que o bem comum deve ser visto, não só na sua dimensão material, mas também espiritual. Por isso,

“O bem comum da sociedade não é um fim isolado em si mesmo; ele tem valor somente em referência à obtenção dos fins últimos da pessoa e ao bem comum universal de toda a criação. Deus é o fim último de suas criaturas e por motivo algum se pode privar o bem comum da sua dimensão transcendente, que excede, mas também dá cumprimento à dimensão histórica. Esta perspectiva atinge a sua plenitude em força da fé na Páscoa de Jesus, que oferece plena luz acerca da realização do verdadeiro bem comum da

---

<sup>84</sup> Cf. LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, nº 5.

humanidade. A nossa história – o esforço pessoal e coletivo de elevar a condição humana – começa e culmina em Jesus”<sup>85</sup>.

Uma visão puramente histórica e materialista, acabaria de certo modo por transformar o bem comum em simples bem económico. Daí que nos parece importante falarmos da relação entre espiritualidade e trabalho, porque a pessoa humana precisa de humanizar a sua vida, desenvolvendo um sentido espiritual, trabalhando, lançando-se para uma participação na obra do Criador.

Toda a sociedade só vive tendo em vista o desenvolvimento económico e social da população; por isso mesmo, “também na vida económica e social se devem respeitar e promover a dignidade e a vocação integral da pessoa humana e o bem de toda a sociedade. Com efeito, o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida económico-social”<sup>86</sup>.

A promoção da dignidade da pessoa humana passa essencialmente pela vida económica e social. Portanto, há que dar todas as condições para o ser humano viver em sociedade, auxiliando o próximo.

Assistimos cada vez mais às desigualdades sociais, em que os pobres são cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos. Daí a necessidade de um empenhamento comum de todos os cidadãos face a esses fenómenos.

“Mas a finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou o poderio, mas o serviço do homem; do homem integral, isto é, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa; de qualquer homem ou grupo de homens, de qualquer raça ou região do mundo”<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 170.

<sup>86</sup> *Gaudium et Spes*, nº 63.

<sup>87</sup> *Ibidem*, nº 64.

### *3.3. Atualidade da Doutrina Social da Igreja*

Desde o princípio, o trabalho é condição originária do homem. (Gn 1,27-30). Deus ao criar o homem à sua imagem e semelhança, dotou-o de inteligência, imaginação e sensibilidade, e deu-lhe meios para completar de certa forma a sua obra. Assim, a Doutrina Social da Igreja convida-nos a uma profunda reflexão e renovação sobre o trabalho humano e a sua dignidade que, enquanto atividade do homem destinada à sua realização, tem prioridade sobre o capital e constitui título de preocupação nos frutos que dele derivam.

No entanto, no decorrer da história, verificamos que a dignidade do trabalho tem sido posta em causa. O próprio desenvolvimento exige reformas inovadoras que nem sempre foram respeitadas, o que levou a situações díspares: uns ao egoísmo e outros à revolta. Não foram enfrentadas de forma corajosa as injustiças que tais situações comportam. Atualmente, fruto da crise económico-financeira que se vive, tanto empregadores honestos como trabalhadores, recorrem, às vezes, ao trabalho não declarado, prática infelizmente entranhada na nossa cultura; este fica sem direitos, isto é, sem proteção social, nem subsídio de desemprego, de doença e mesmo sem seguro. A Igreja na sua sabedoria, está no mundo e com o mundo, para que as situações desumanas de exploração dos trabalhadores não fiquem silenciadas; portanto, ajuda e denuncia estes casos de exploração que assolam a nossa sociedade.

Os cristãos devem comprometer-se com a Igreja e com o mundo, sobretudo num contexto em que vivemos, que é de crise. Por isso, a criação de dinamismos diversos, a partir do âmbito local para o nacional, europeu e global, deve ser um empenhamento de todos. A desvalorização da pessoa no trabalho é reflexo disso mesmo.

“O indivíduo é hoje muitas vezes sufocado entre os dois polos: o estado e o mercado. Às vezes dá a impressão de que ele existe apenas como produtor e consumidor de mercadorias ou então como objeto da administração do Estado, esquecendo-se que a convivência entre os homens não se reduz ao mercado nem ao Estado, já que a pessoa possui em si mesma um valor singular, ao qual devem servir o Estado e o mercado. O homem é, acima de tudo, um ser que procura a verdade e se esforça por vivê-la e aprofundá-la num diálogo contínuo que envolve as gerações passadas e as futuras”<sup>88</sup>.

Na Igreja Católica existe um grande potencial de ação.

“Trata-se da antiquíssima tradição de ação social ao serviço das pessoas mais necessitadas, e da intervenção nas estruturas sociopolíticas. Ambas remontam ao início do cristianismo. A primeira tem-se concretizado em instituições e grupos de extrema relevância; a segunda beneficiou de forte incremento nos séculos XIX – com o ‘movimento católico’ – e XX com a ‘Ação Católica’”<sup>89</sup>.

Por isso, o compromisso do cristão na Igreja, passa pelo seu empenhamento na sociedade, isto é, a partir do seu local de trabalho, onde quer que esteja.

Podemos citar João Paulo II, que apresenta a ação da Igreja a partir de um mandato fundador.

“Neste campo, a Igreja fiel ao mandato de Cristo, seu fundador, sempre esteve presente com as suas obras para oferecer ao homem carente um auxílio material que não o humilhe e não o reduza a ser apenas objeto de assistência, mas o ajude a sair da sua precária condição, promovendo a sua dignidade de pessoa. Com profunda gratidão a Deus, deve-se registar que a caridade operativa nunca faltou na Igreja, verificando-se até um variado e reconfortante incremento hoje. A propósito desta questão, merece especial menção o *fenómeno do voluntariado* que a Igreja favorece e promove apelando à colaboração de todos para sustentá-lo e encorajá-lo nas suas iniciativas”<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 49.

<sup>89</sup> COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, «Vencer a crise e construir Portugal, na justiça e na solidariedade», Lisboa, 11 de outubro de 2011, nº 16.

<sup>90</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 49.

O agir da ação social da Igreja visa a dignidade da pessoa querida e amada por Deus. João Paulo II frisa a este respeito que

“a doutrina social da Igreja hoje especialmente visa o *homem*, enquanto inserido na complexa rede de relações das sociedades modernas. As ciências humanas e a filosofia servem de ajuda para interpretar a *centralidade do homem dentro da sociedade*, e para o capacitarem a uma melhor compreensão de si mesmo, enquanto ‘ser social’. Todavia somente a fé lhe revela plenamente a sua verdadeira identidade, e é dela precisamente que parte a doutrina social da Igreja, que, recolhendo todos os contributos das ciências e da filosofia, se propõe assistir o homem no caminho da salvação”<sup>91</sup>.

João Paulo II põe em evidência o homem; ele é a finalidade de todo o tipo do trabalho social da Igreja.

A Doutrina Social da Igreja é expressão da ação social da Igreja no mundo. Tudo isso mostra que a Igreja valoriza a pessoa, não só para ter trabalho, mas também para dar sentido à sua existência. No fundo é a expressão máxima da ação eclesial no mundo; por isso, a Igreja procura dialogar com todas as entidades civis, para que o governo com o seu sentido de Estado possa garantir e promover o direito ao trabalho.

#### *3.4. Carisma e ação da Congregação dos Filhos da Caridade*

A intervenção da Igreja na sociedade para fazer face aos problemas sociais, passa pelo papel de várias congregações e instituições religiosas; uma delas é a Congregação Religiosa dos Filhos da Caridade, cuja presença eclesial no mundo procura desenvolver a pedagogia social e cristã diante das paróquias periféricas onde intervém.

---

<sup>91</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 53.

A Congregação Religiosa Filhos da Caridade, nasce de uma necessidade eclesial concreta. Ela surge para dar respostas às situações sociais que o povo vivia naquela época; e estas situações continuam até hoje.

O padre Anizan, seu fundador, ousou ir além de algumas regras religiosas, para que o mistério de Deus feito homem fosse conhecido. A contemplação e a ação foram o essencial da sua vida, porque a vida religiosa é uma busca permanente entre a contemplação e ação.

O lema do padre Anizan é articular a vivência religiosa com a ida ao encontro do povo, evangelizando-o. É desta articulação que surgirá o que ele chamará de “Cahier noir”. É neste “caderno negro” que ele começa a registrar as suas actividades de pastor e o encontro que vai tendo com as pessoas, ouvindo os seus problemas de desemprego e doença.

Os Filhos da Caridade têm como carisma fundamental a evangelização do mundo operário, e no interior desta evangelização está o amor a Deus e ao povo. Bento XV aprovou o nome proposto pelo padre Jean Emile Anizan “Fils de la Charité”. O nascimento do Instituto Filhos da Caridade foi oficialmente proclamado no dia 25 de dezembro de 1918.

O conceito de “Triplo Ideal” é específico dos Filhos da Caridade, e tem a ver com: a santidade pela vida religiosa, a fecundidade apostólica e a evangelização dos pobres. O mundo dos trabalhadores e dos pobres deve ser a prioridade evangelizadora, não só dos Filhos da Caridade, mas de toda a Igreja Universal. De facto, os trabalhadores, marginalizados e excluídos são os destinatários dos Filhos da Caridade.

Anunciar o evangelho ao povo “exige apóstolos genuínos que tenham o instinto do apóstolado no sangue, mas que saibam deixar o espírito sobrenatural fecundar as

suas faculdades naturais”<sup>92</sup>. Somos chamados a ser apóstolos genuínos para anunciar a Boa Nova aos pobres. Os pobres e marginalizados estão sempre no coração de Deus.

A Congregação tem um papel importante no que diz respeito à intervenção no mundo do trabalho, e não só. Na ação pastoral, procura privilegiar aqueles que estão nos bairros mais problemáticos, acompanhando os seus problemas e ajudando-os na procura de emprego através do diálogo com as instituições civis e com o Gabinete de Inserção Profissional na paróquia em estreita ligação com o Centro de Emprego. Orienta as pessoas a conhecerem os seus direitos e deveres, segundo a Constituição, e a lutarem por eles; procura fazer pastoral de proximidade junto das famílias desempregadas, dando apoio espiritual e material. No âmbito espiritual leva as pessoas a acreditar na vida através da Palavra de Deus, na medida em que o sofrimento e a falta de trabalho não têm a ver com o desígnio de Deus, mas com a nossa sociedade.

No que concerne ao apoio material, e para apresentarmos um caso concreto, a Congregação fornece na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Diocese de Setúbal, refeições às famílias que ficaram sem trabalho e àquelas que não têm o Rendimento Social de Inserção; ajuda-as a preencher os documentos e acompanha-as junto da Segurança Social para que possam usufruir deste direito, uma vez que muitas destas pessoas não têm escolaridade. Muitas destas famílias desempregadas questionam seriamente o sentido da sua vida à medida que esta se vai degradando; daí a importância do agir da Igreja na dimensão social e espiritual.

---

<sup>92</sup> Jean Émile ANIZAN, *A ambição de Deus pelo povo*, Conseil Général des fils de la Charité, Paris, 2008, 23.

#### **4. O Estado como garante do trabalho na sociedade**

Numa sociedade, o povo precisa de algumas garantias, e uma delas é o direito ao trabalho. Deve haver uma responsabilidade do Estado, por um lado, e por outro lado os cidadãos também devem ser corresponsabilizados no cumprimento dos seus deveres.

A Igreja respeita o papel do Estado no que diz respeito à economia, mas procura ter uma intervenção na sociedade, com o objetivo de assegurar a dignidade da pessoa que se revela no mistério do Verbo encarnado.

A Igreja está consciente das responsabilidades do Estado.

“A principal tarefa do Estado é, portanto, a de garantir esta segurança, de modo que quem trabalha e produz possa gozar dos frutos do próprio trabalho, e conseqüentemente, se sinta estimulado a cumpri-lo com eficiência e honestidade. A falta de segurança, acompanhada pela corrupção dos poderes públicos e pela difusão de fontes impróprias de enriquecimento e de lucros fáceis fundados em atividades ilegais ou puramente especulativas, é um dos obstáculos principais ao desenvolvimento e à ordem económica”<sup>93</sup>.

A segurança de que a Igreja fala, não é mais se não o sentido de responsabilidade e transparência para com os bens do próprio Estado, relativo à sua aplicação na vida social e económica. O Estado tem ainda o dever e o direito de criar condições que garantam oportunidades de trabalho, estimulando e apoiando as empresas nas situações difíceis.

“O Estado tem também o direito de intervir quando situações particulares de monopólio criem atrasos ou obstáculos ao desenvolvimento. Mas, além destas tarefas de harmonização e condução do progresso, pode desempenhar funções de suplência em

---

<sup>93</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 48.

situações excepcionais, quando setores sociais ou sistemas de empresas, demasiado débeis ou em vias de formação, se mostram inadequados à sua missão”<sup>94</sup>.

O nosso país vive uma crise financeira, económica e ética que se enquadra num contexto europeu. Face a esta situação de crise, a Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) apresenta-nos alguns critérios fundamentais em que deverão assentar as linhas de rumo para o futuro.

A CNJP sustenta que “a crise não pode servir de pretexto para a suspensão dos três critérios fundamentais que deverão orientar a construção do futuro: a justiça, a solidariedade e o bem comum”<sup>95</sup>. Quer dizer que, apesar da crise que se vive, o governo deve reforçar estratégias que possam minimizar a situação de miséria que muitas pessoas vivem. Essas estratégias têm a ver com a justiça social, a solidariedade e o bem comum.

“A CNJP não ignora que, na atual conjuntura, as margens de manobra do país e da União Europeia são muito limitadas, atendendo aos problemas internos com que se debatem e à premência do contexto mundial. Isso, porém, não constitui motivo – bem pelo contrário, para o país se dispensar de atuar nas causas internas da situação. Do mesmo modo, a União Europeia é chamada a superar velhos egoísmos nacionais que a fragilizam e fazem recluir a ocorrência de cenários desagregadores que alguns não hesitam em classificar como desastrosos. Certos sinais muito recentes parecem indiciar que a Europa desperta, aos poucos, para reconhecer a real situação do continente”<sup>96</sup>.

A CNJP está consciente dos problemas que o país atravessa, mas também chama à atenção, isto é, à responsabilidade, a União Europeia sobre as políticas implementadas e que frequentemente não engrandecem a pessoa, mas fragilizam-na.

---

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, «Vencer a crise e construir Portugal, na justiça e na solidariedade», Lisboa, 11 de outubro de 2011, nº 2.

<sup>96</sup> *Ibidem*, nº 4.

#### *4.1. O papel do Estado e da Igreja na promoção do direito ao trabalho*

Não queremos falar do papel do Estado no que diz respeito à relevância do trabalho, sem termos em vista a Constituição da República Portuguesa. Nos “princípios fundamentais”, no artigo 1º diz-se o seguinte: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”<sup>97</sup>. Como se pode depreender, na Constituição estão definidos os direitos fundamentais dos cidadãos, quer estrangeiros ou nacionais. O artigo 58º fala-nos mais concretamente do direito ao trabalho, mencionando:

“1- Todos têm direito ao trabalho; 2- Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao estado promover: A execução de políticas de pleno emprego; a igualdade de oportunidades na escolha de profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função de sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categoria profissional; a formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.”

Assim, constata-se que o Estado tem consciência do seu dever perante os seus cidadãos, não só na integração dos mesmos no mundo do trabalho, mas também dando oportunidades laborais, tendo em conta a formação de todos os trabalhadores.

Na mesma linha de pensamento, a Igreja defende a importância do Estado na vida social do cidadão, “guarda do bem comum, tem o dever de velar para que as

---

<sup>97</sup> Cf. Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa. Acessível em [www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx](http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx) (consultado a 3 de setembro de 2014).

relações de trabalho se desenvolvam com justiça e equidade e para que a dignidade da pessoa humana, corpo e alma não seja lesada”<sup>98</sup>.

A intervenção do Estado deve ser exercida numa dinâmica de respeito para com as pessoas, porque o seu fim é servi-las com dignidade. Portanto,

“compete ao Estado a condução de uma justa política do trabalho. Na orgânica dos diferentes Estados há ministérios e diversos organismos sociais instituídos com a finalidade de se respeitarem os direitos do trabalhador, já que os direitos da pessoa humana constituem o elemento-chave de toda a ordem moral social”<sup>99</sup>.

Do ponto de vista civil, o Estado deve dar todas as condições possíveis para que o cidadão se sinta integrado em todos os campos. À Igreja compete estar atenta para ver se esses direitos estão a ser dados, e auxiliar quem pode estar a ser lesado. Comprova-se isso mesmo com as palavras de Leão XIII: “nem se pense que a Igreja se deixa absorver de tal modo pelo cuidado das almas que põe de parte o que se relaciona com a vida terrena e mortal. Pelo que em particular diz respeito à classe dos trabalhadores, ela quer e luta para os arrancar à miséria e procurar-lhes uma sorte melhor”<sup>100</sup>. Por isso, a Igreja deve cuidar do homem no lado espiritual e material, porque os dois fatores estão aliados na construção da dignidade humana.

João XXIII sustenta que “a Igreja provê diretamente à felicidade das classes deserdadas, ao fundar e manter instituições que julga próprias, para aliviar a sua miséria; e neste género de benefícios ela tem sobressaído de tal modo que os seus

---

<sup>98</sup> JOÃO XXIII, Carta Encíclica *Mater et Magistra*, nº 92. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_j-xxiii\\_enc\\_15051961\\_mater.html](http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html) (consultado a 23 de setembro de 2015)

<sup>99</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 17.

<sup>100</sup> LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*, nº 21.

próprios inimigos fazem o seu elogio”<sup>101</sup>. A Igreja, através dos seus discípulos e instituições, orienta e auxilia os desfavorecidos nos momentos mais delicados.

O verdadeiro cristão no seu compromisso com a Igreja e o mundo, não pode deixar de estar atento aos mais pobres, não só da sua comunidade paroquial, mas também do mundo inteiro. Não pode ficar alheio à necessidade concreta das pessoas. Por isso, os cristãos têm de ser responsáveis perante um mundo muitas vezes marcado pelo desespero, pela insegurança e pelo desemprego. A Igreja quer ajudar os fiéis a ter consciência de que os bens deste mundo são para todos. O Concílio Vaticano II aclara isso mesmo, dizendo:

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade (...) todos têm direito a ter uma parte de bens suficientes para si e para suas famílias. Assim pensaram os padres e doutores da Igreja, ensinando que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos. Aquele, porém, que se encontra em extrema necessidade, tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita”<sup>102</sup>.

Assim, mostra-se ao mundo de forma inequívoca a origem dos bens e em última análise a essência do próprio homem no mundo, no sentido de que tudo o que existe no mundo deve beneficiar todas as pessoas, seja qual for o seu estatuto social.

Francisco fala-nos da inclusão social dos pobres e quer o empenhamento de todos os cristãos. “Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se

---

<sup>101</sup> C. VERDETE, *Doutrina Social da Igreja*, Paulus, Lisboa, 2007, 236.

<sup>102</sup> *Gaudium et spes*, nº 69.

plenamente na sociedade; isto supõe estarem docilmente atentos, para ouvir o clamor dos pobres e socorrê-lo”<sup>103</sup>.

Ainda Francisco continua nesta lógica de opção pelos pobres referindo que

“Animados pelos seus pastores, os cristãos são chamados, em todo lugar e circunstância, a ouvir o clamor dos pobres, como bem se expressaram os bispos do Brasil: ‘Desejamos assumir, cada dia, as alegrias e esperanças, as angústias e tristezas do povo brasileiro, especialmente das populações das periferias urbanas e das zonas rurais – sem terra, sem teto, sem pão, sem saúde – lesadas nos seus direitos. Vendo a sua miséria, ouvindo os seus clamores e conhecendo o seu sofrimento, escandaliza-nos o facto de saber que existe alimento suficiente para todos e que a fome se deva à má repartição dos bens e do lucro. O problema agrava-se com a prática generalizada do desperdício”<sup>104</sup>.

Por isso, a luta pela inclusão social deve ser a preocupação de toda a gente, ninguém deve pôr-se de fora face à pobreza do outro.

A coadunação do trabalho do Estado e da Igreja na intervenção social nos vários campos é essencial, já que a fé é essencial ao homem, assim como o trabalho é fundamental para a condição humana e para a dignidade humana. Se os esforços de ambos forem continuamente aplicados, pode-se construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para que isso seja uma realidade, a sociedade e o Estado têm um papel preponderante para garantir o trabalho e a dignidade humana e, conseqüentemente, reunir condições para que o homem possa ter uma vida digna a nível económico, social e cultural.

---

<sup>103</sup> FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, nº 187.

<sup>104</sup> *Ibidem*, nº 191.

#### 4.2. A intervenção dos sindicatos na defesa dos trabalhadores

Os sindicatos têm um papel importante no que diz respeito à defesa dos direitos dos trabalhadores, fator preponderante para a construção da dignidade do ser humano. Se olharmos para o conceito de sindicato, vimos que é “uma associação permanente de trabalhadores exprimindo o exercício da ‘liberdade sindical’, tendo por escopo a defesa e promoção dos interesses socioprofissionais dos seus membros”<sup>105</sup>. Estes devem estar prontos para defender os interesses dos trabalhadores, e a esse respeito, Francisco refere o seguinte: “os representantes dos trabalhadores devem estar em toda a parte onde se decidem os problemas que condicionam a vida económica social”<sup>106</sup>. Devem estar aptos a promover os direitos dos trabalhadores, salário justo, melhores condições de trabalho, etc., ao mesmo tempo que o trabalhador terá de se comprometer em promover o desenvolvimento da empresa através da sua pontualidade, eficiência na execução dos trabalhos, etc.

“Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve contar-se o de os trabalhadores criarem livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a reta ordenação da vida económica; e ainda o direito de participar, livremente, sem risco de represálias, na atividade das mesmas. Graças a esta ordenada participação, junta com uma progressiva formação económica e social e à realização do bem comum universal”<sup>107</sup>.

Aquilo que a Igreja sugere em situações de conflito é sempre um diálogo que permita a resolução dos problemas.

“Quando, porém, surgem conflitos económico-sociais, devem fazer-se esforços para que se chegue a uma solução pacífica dos mesmos. Mas ainda que, antes de mais, se deva

---

<sup>105</sup> Mário C. PINTO, “Sindicato”, in *Polis - enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa, Verbo, 2005, col. 849.

<sup>106</sup> FRANCISCO, *Evangelii Gaudium*, n° 96.

<sup>107</sup> *Gaudium et Spes*, n° 68.

recorrer ao sincero diálogo entre as partes, todavia, a greve pode ainda constituir, mesmo nas atuais circunstâncias, um meio necessário, embora extremo, para defender os próprios direitos e alcançar as justas reivindicações dos trabalhadores. Mas procure-se retomar o mais depressa possível o caminho da negociação e do diálogo da conciliação”<sup>108</sup>.

É através de um diálogo verdadeiro que se alcança consenso entre os agentes do mundo do trabalho.

A Igreja, na sua sabedoria, pretende sempre que haja um diálogo construtivo entre a empresa e o trabalhador. A economia de qualquer país implica a mão humana. Por isso,

“a Igreja reconhece a justa *função do lucro*, como indicador do bom funcionamento da empresa: quando esta dá lucro, isso significa que os fatores produtivos foram adequadamente usados e correlativas necessidades humanas devidamente satisfeitas. Todavia, o lucro não é o único indicador das condições da empresa. Pode acontecer que a contabilidade esteja em ordem e simultaneamente os homens, que constituem o patrimônio mais precioso da empresa, sejam humilhados e ofendidos na sua dignidade”<sup>109</sup>.

É verdade que o lucro é um regulador da vida da empresa, mas não o único; a ele se deve associar a consideração de outros fatores humanos e morais, que também são essenciais para a dignidade humana como a verdadeira essência do ser humano.

Na verdade, deve haver uma relação profunda de justiça entre os trabalhadores e as empresas. Segundo o pensar da Igreja, “esta exigência de justiça pode ser satisfeita por muitas maneiras que a experiência sugere. Uma delas, das mais desejáveis, consiste em fazer de maneira que os trabalhadores cheguem a participar na propriedade das

---

<sup>108</sup> *Ibidem*.

<sup>109</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, n° 35.

empresas, nas formas e nas medidas mais convenientes”<sup>110</sup>. Convém salientar que os sindicatos foram muito importantes neste processo, mas igualmente na obtenção de muitos direitos, como, por exemplo, o direito ao trabalho por parte das mulheres e na denúncia da violação dos direitos laborais.

Assim como os sindicatos, a Igreja, como mãe e educadora, procura acompanhar a vida dos trabalhadores, agindo junto das entidades sociais, para que a vida das pessoas não se degrade, e que cada um tenha as condições mínimas de sobrevivência. Os sindicatos podem ser vistos como associações de trabalhadores, segundo a espécie de trabalho, que servem para promover e defender os seus interesses vitais.

Contudo, “a Igreja não pensa que os sindicatos sejam uma estrutura de ‘classes’, nem sejam estrutura de luta contra os outros. Elemento indispensável da vida social, os sindicatos são um corpo intermédio que ajuda a construir a ordem social e a solidariedade entre trabalho e capital”<sup>111</sup>. No fundo, os sindicatos, segundo a Igreja, têm o dever de orientar, defender e lutar pelos direitos dos trabalhadores com o intuito de fazer permanecer aquilo que é a base da dignidade humana.

A função dos sindicatos deve restringir-se à defesa dos direitos, descurando qualquer interesse externo, e centrar-se na classe trabalhadora.

Bento XVI defende que é preciso que as organizações sindicais dos trabalhadores, que são encorajadas pela Igreja, se abram às novas perspetivas que surgem no âmbito laboral. Esta abertura pode superar as limitações dos próprios sindicatos. Bento XVI refere-se a estes como sendo organizações sindicais bem estruturadas e a Igreja tem o direito e o dever de responsabilizá-los perante os novos fenómenos e problemas sociais.

---

<sup>110</sup> JOÃO XXIII, Carta Encíclica *Mater et Magistra*, nº 100.

<sup>111</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 20.

“O contexto global em que se realiza o trabalho, requer igualmente que as organizações sindicais nacionais, fechadas na defesa dos interesses dos próprios inscritos, volvam o olhar também para os não-inscritos, particularmente para os trabalhadores dos países em vias de desenvolvimento, onde frequentemente os direitos sociais são violados”<sup>112</sup>.

Nestes exemplos, encontramos o sentido responsável da Igreja no que diz respeito à defesa dos direitos dos trabalhadores e a responsabilização para com o Estado, no sentido de garantir os bens essenciais das pessoas numa sociedade organizada.

O desenvolvimento integral da pessoa humana no trabalho favorece a eficácia do próprio trabalho. A empresa não pode ser considerada apenas como uma *societate de capitais*; é simultaneamente uma *societate de pessoas*, da qual fazem parte, tanto os que fornecem o capital necessário para a sua atividade, como aqueles que colaboram com o seu trabalho<sup>113</sup>.

Em suma, a Igreja como grande instituição que é, assume um papel interventivo junto da sociedade sempre com o auxílio não só do Estado, como de outros intervenientes, tais como os sindicatos, mas também os docentes. Estes últimos têm o papel de formar os seres humanos com o objetivo de ajudar o próximo não só nos aspetos económicos como também sociais. Segundo este prisma, cada um tem o seu campo de ação e papel na sociedade; o professor assume assim uma grande preponderância porque forma a geração do agora e do amanhã. Desta forma, este, através da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, pode denunciar os atropelos à dignidade do trabalho assim como formar os indivíduos do ponto de vista

---

<sup>112</sup> BENTO XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, nº 64. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20090629\\_caritas-in-veritate.html](http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate.html) (consultado a 23-09-2015).

<sup>113</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*, nº 43.

moral da mesma maneira que os sindicatos podem fazê-lo a partir do seu campo de trabalho.



## **CAPÍTULO III: Uma proposta de planificação**

### **1. Nota prévia**

A apresentação da nova planificação que se segue insere-se no enquadramento da Unidade Letiva 12, referente ao tema “A Dignidade do Trabalho”.

Esta nova planificação expressa a nossa reflexão sobre a prática letiva tendo em conta as novas estratégias por nós definidas, sendo vistas como relevantes no processo de ensino-aprendizagem. Ao longo da nossa lecionação apercebemo-nos de que educar implica a integração de várias dimensões como a ética cultural e a cooperação, assentes na construção da dignidade da pessoa humana.

O docente deve educar, formar o homem do amanhã para que seja ator para a construção de uma sociedade digna. Por isso, a sociedade constrói-se sempre com a educação e a escola é um dos espaços onde se possa proporcionar aos alunos este valor educativo. Uma sociedade que não valoriza a dimensão educativa torna-se deficiente. Quanto a este propósito, D. António Francisco dos Santos defende

“a educação exige por isso um quadro de valores abrangentes e de critérios éticos radicados na dignidade da pessoa humana, que constroem e caracterizam a cultura de cada povo, dão qualidade às relações interpessoais e comunitárias, são a chave para o desenvolvimento do sentido crítico perante a vida e o mundo concreto, e estrutura

personalidades responsáveis e comprometidas na construção de uma sociedade livre, justa e fraterna”<sup>114</sup>.

A educação acaba por ser o motor para o desenvolvimento de um povo e o professor de EMRC deve contribuir de forma profunda para este desenvolvimento.

No quadro das nossas estratégias pedagógicas no que diz respeito às planificações, tivemos sempre presente a aprendizagem integral do aluno. É dentro desta dinâmica que vamos apresentar as nossas planificações como proposta. Eis, pois, a proposta que elaborámos para uma nova planificação da UL 12 do Ensino Secundário, tendo em conta a Prática Letiva.

---

<sup>114</sup> D. António Francisco dos SANTOS, “O professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional”, in *Pastoral catequética, Educação Cristã*, Quadrimestral – Ano VII-VIII-setembro, 2012, 11.

## 2. Proposta de planificação

12º ANO - Unidade Letiva 12: “Dignidade do Trabalho” Nível 4				Aula n.º 1	
<p><b>Competência:</b> 1- Reconhecer à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; 12- Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.</p>					
<p><b>Sumário:</b> Introdução à Unidade Letiva 12. Distinção entre trabalho e emprego; a visão do trabalho ao longo dos tempos. O sentido da dignidade do trabalho.</p>					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
<p>- O trabalho como elemento essencial para a dignidade do ser humano no contexto de uma sociedade liberais e tecnocráticas (Comp. 1, 12).</p>	<p>- Introdução à UL 12. Distinção entre trabalho e emprego.</p> <p>- O trabalho como uma questão humana</p> <p>- A visão do trabalho ao longo dos tempos</p> <p>- O sentido da dignidade do trabalho</p>	<p><b>Acolhimento e registo do sumário</b></p> <p>- O professor faz uma síntese geral da UL 12</p> <p>- O professor explica: o trabalho como uma questão antropológica; isto é, humana</p> <p>- O professor explica a distinção entre trabalho e emprego: convite à leitura do Manual do Aluno, p. 10</p> <p>- Interpela os alunos acerca dos conceitos e formula a questão: porque é que estudar é um trabalho e não um emprego; gerindo um debate? (cf. p. 11 do Manual do aluno)</p> <p><b>- Visionamento de apresentação powerpoint:</b> sobre o trabalho ao longo dos tempos</p> <p><b>- Visionamento de um vídeo:</b> sobre o sentido da dignidade do trabalho na perspetiva cristã: - o homem e o trabalho: fundamento bíblico. (cf. Gn 2, 1-15; 2, 4-5; <i>Laborem Exercens</i> nº 4</p> <p><b>- Debate em torno do vídeo acima apresentado:</b> os alunos são divididos em dois grupos para refletirem acerca do vídeo apresentado pelo professor; bem como da apresentação powerpoint. Depois cada grupo apresenta o resultado da sua reflexão. O professor acolhe a reflexão de cada grupo gerando um debate entre os alunos.</p>	<p>Caderno do aluno Quadro e giz</p> <p>Quadro, giz e Manual do Aluno</p> <p>PC e videoprojetor</p> <p>PC e videoprojetor Anexo 1 (vídeo)</p> <p>Quadro e giz</p>	<p>5</p> <p>10</p> <p>15</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>10</p> <p>13</p>	<p><b>O professor observa nos alunos:</b></p> <p>- O respeito pelas regras da sala de aula;</p> <p>- Verificar se os alunos estão atentos áquilo que o professor diz; e se estão a responder a pergunta formulada;</p> <p>- Observação direta:</p> <p>Interesse;</p> <p>- Atenção;</p> <p>- Participação/integração;</p> <p>- Registo no quadro das ideias chaves de cada aluno;</p> <p>- Capacidade de exprimir opinião/autonomia;</p> <p>- Respeito por opiniões diferentes/cooperação.</p>

		- Visualizar um vídeo sobre «As serviçais».	PC e projetor Anexo 2 (vídeo)	12	
		- O professor faz a síntese conclusiva da aula e apresenta o TPC: - Qual é o dia internacional do trabalhador e a sua origem?	Caderno e esferográfica	5	
<p><b>Síntese:</b> O trabalho é uma atividade total do ser humano; por isso, dignifica a pessoa que o executa. Assim, o trabalho é algo querido por Deus segundo a perspetiva cristã e faz parte integrante da construção da pessoa humana. Constatamos que a forma de entender o trabalho foi diferente ao longo da história. Na nossa relação uns com os outros, devemos sempre valorizar o trabalho dos outros. Sem esta consciência corremos o risco de desvalorizar, desconstruir a pessoa trabalhadora.</p>					

## **Itinerário da planificação da aula nº 1**

Em termos sintéticos, esta planificação tem como finalidade ajudar os alunos a terem uma consciência profunda de que existe uma diferença entre trabalho e emprego. Com este caminho explicativo, os alunos percebem que a experiência e a realidade do trabalho no passado foi muito diferente da experiência do trabalho hoje; daí, a integração do tema: a visão do trabalho ao longo dos tempos.

Propomos refletir ainda acerca do trabalho como uma questão antropológica; isto é, humana. O trabalho é inerente ao homem. A dignidade do trabalho tem como fim último a pessoa que o executa. Por isso mesmo, o ser humano na sua experiência com o mundo deve entender que está no mundo para fazer do seu trabalho uma partilha para o bem do outro. O trabalho dignifica-nos, mas também dignifica o outro enquanto participante ativo na nossa existência.

No anexo 1 da primeira aula, propomos o visionamento de um vídeo referente à dignidade do trabalho segundo a visão cristã. A questão fundamental é a primazia do homem perante o trabalho; isto é, o vídeo trata do valor do homem perante o trabalho. Na visão cristã, o trabalho não deve degradar a pessoa, mas sim, dignificá-la. Com este vídeo, os alunos percebem que a Igreja está ao serviço da pessoa humana.

No anexo 2 temos um pequeno vídeo em que os alunos visualizam um trecho do filme “As Serviçais”. Este vídeo deve ser apresentado aos alunos para a consolidação do tema: A visão do trabalho ao longo dos tempos. Parece-nos importante desenvolver esta distinção entre trabalho e emprego; o trabalho como uma questão antropológica e o sentido da dignidade da pessoa humana.

O filme “As Serviçais”, tem por foco a situação de trabalho penoso de algumas mulheres nos EUA nos anos 60-80. Estas mulheres viviam com o medo das suas patroas. As patroas eram por sua vez egoístas, maldosas e preconceituosas. Despediam as suas empregadas quando bem entendessem. Isto é, sem justa causa.

As serviçais eram vistas como educadoras, fazendo o seu trabalho com dedicação. Mostravam ter dignidade perante tantos exemplos negativos perpetrados pelas suas patroas. Este filme também tem a ver com a emancipação da mulher. Com este vídeo, quisemos que os alunos construíssem a sua vida com base no respeito pelo trabalho de qualquer pessoa; na medida em que lutar pela dignidade do outro enquanto trabalhador(a) é algo que tem um valor sublime.

12º ANO – Unidade Letiva 12: “A Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 2
<b>Competência: 1-</b> Reconhecer à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana;					
<b>Sumário:</b> Direitos relacionados com o trabalho.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
- Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais que ilustrem a difícil relação entre o trabalho e o capital (Comp. 1).	- A relação entre os direitos relacionados com o trabalho, entidade empregadora, segundo a Constituição Portuguesa  - O direito e o dever do trabalhador segundo a visão cristã	<b>Acolhimento e registo do sumário</b> - O professor questiona os alunos sobre o vídeo visualizado na aula anterior, ligando-o com o tema do sumário: Direitos relacionados com o trabalho. - O professor divide os alunos em dois grupos para apresentarem o TPC com o tema: <i>Qual é o dia internacional do trabalhador e a sua origem?</i> A ideia é gerar um debate como enriquecimento mútuo <b>- Chuva de ideias:</b> acerca dos direitos relacionados com o trabalho e a entidade empregadora, tendo em conta a visão cristã e a Constituição da República. (cf. Const. Rep. Artigo 58, <i>direito ao trabalho</i> e artigo 59 sobre <i>Os direitos dos trabalhadores</i> - O professor apresenta um trecho, referente ao artigo 58 da Constituição da República dedicado ao trabalho, convidando dois alunos para lerem. Em seguida o professor interpela os alunos sobre os dois artigos lidos da Constituição criando um debate como enriquecimento mútuo - O professor convida os alunos à leitura do Manual do Aluno sobre os <b>Direitos nas relações de trabalho</b> , pág. 23; - Em seguida faz-se leitura dos nºs 16 e 18 da <i>Laborem Exercens</i> <b>- Em plenário</b> , o professor convida os alunos a um debate, tendo em vista a leitura do Manual do Aluno e da LE.  - O professor valoriza todas as reflexões dos alunos e faz a síntese da aula	Caderno e esferográfica	5	<b>O professor observa nos alunos:</b> - Verificar se os alunos registam o sumário e se têm o material; - Verificar se os alunos têm o espírito de cooperação/participação dentro da sala de aula. - Observação direta: - Interesse; - Atenção; - Participação/integração; - Registo no quadro das ideias chaves de cada aluno; - Capacidade de exprimir opinião/autonomia; - Respeito por opiniões diferentes/cooperação.
			PC e videoprojetor	10	
			Quadro e giz PC e videoprojetor Caderno e esferográfica	15	
			Manual do Aluno	15	
			Texto da <i>Laborem Exercens</i> Quadro e giz	13	
Quadro e giz	12				
			Quadro e giz	5	
<b>Síntese:</b> A condição dos trabalhadores melhorou bastante em Portugal, mas ainda existem muitos trabalhadores que são privados dos seus direitos. A Constituição da República é uma carta magna onde todos os direitos dos cidadãos são preservados, incluindo o direito ao trabalho. Por isso, como cidadãos, devemos lutar para que o acesso ao trabalho chegue a todos; uma vez que sem este, a nossa vida e a de muitos cidadãos fica ferida, e o resultado é a desestruturação total da pessoa.					

## **Itinerário da planificação da aula nº 2**

Esta segunda planificação tem como tema principal: Direitos relacionados com o trabalho; tal como se verifica no Manual do Aluno do Ensino Secundário, pág. 23, da Edição 2007.

“Ser tratado com igualdade no acesso ao emprego, formação e promoção profissional; receber retribuição, devendo ser entregue ao trabalhador documento que contenha, entre outros elementos, a retribuição base e as demais prestações; trabalhar até ao limite máximo de quarenta horas por semana e oito horas por dia, com exceção de situações especiais como, por exemplo, em regime de adaptabilidade”.

Introduzimos um novo tema que tem a ver com os direitos relacionados com o trabalho e entidade empregadora tendo presente a Constituição da República, tal como se constata na aula dois e também no segundo capítulo do nosso estudo.

Para nós é importante falarmos aos alunos do trabalho como um direito consagrado na Constituição da República. O propósito é garantir que os alunos tomam conhecimento de que o trabalho é um direito inviolável e como alunos e trabalhadores no mundo de amanhã devem ser responsáveis para com o seu trabalho e também para com o trabalho dos outros.

Na Constituição da República, reiteramos dois artigos, 58 e 59 ligados ao trabalho.

“Artigo 58.

- Todos têm direito ao trabalho.

- Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao estado promover:

a) A execução de políticas de pleno emprego;

b) A igualdade de oportunidades na escolha de profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a qualquer cargos, trabalho ou categoria profissionais. (...)

Artigo 59.

- Todos os trabalhadores, sem distinção, sexo, raça, cidadania território de origem religião convicções políticas ou ideológicas têm direito:

a) À retribuição do trabalho, segundo a quantidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna (...).”

O sentido é que os alunos de forma mais profunda tenham contacto com a Constituição tendo em vista o direito ao trabalho. Por outro lado, propomos fazer uma abordagem do direito ao trabalho segundo a perspectiva cristã, lendo alguns documentos do magistério, nomeadamente a *Laborem Exercens* nº 16. Os direitos respeitantes ao trabalho instituem o trabalho como uma obrigação e um dever do homem nos diversos sentidos da palavra.

“O homem deve trabalhar, quer pelo facto de o Criador Iho haver ordenado, quer pelo facto da sua mesma humanidade, cuja subsistência e desenvolvimento exigem o trabalho. O homem deve trabalhar por um motivo de consideração pelo próximo, especialmente consideração pela própria família, mas também pela sociedade de que faz parte, pela nação de que é filho ou filha, e pela inteira família humana de que é membro, sendo como é herdeiro do trabalho de gerações e, ao mesmo tempo, co-artífice do futuro daqueles que virão depois dele no suceder-se da sua história”<sup>115</sup>.

O Papa, no contexto destas obrigações morais, aponta os direitos do trabalho já postos em evidência na encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII.

---

<sup>115</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*, nº 16.

No final deste número o Papa estabelece a distinção entre dador “direto e indireto” de trabalho ao chamar a atenção sobre a importância da relação que deve haver entre dador de trabalho (direto ou indireto) e trabalhador”<sup>116</sup>.

Mais adiante, no nº 19, é tratado o problema-chave de ética social que é o salário, entendido como justa remuneração do trabalho executado.

É referido o dador direto de trabalho, ao qual se apela para que sempre proceda a uma verificação concreta da justiça, atendendo não apenas ao indivíduo-trabalhador, mas a todo o contexto familiar e social que o envolve. Por isso se fala aqui do conceito de salário familiar que será sempre preciso garantir; na revalorização social das funções maternas e na verdadeira promoção da mulher, que não é abandono da sua especificidade feminina e familiar por ter de se dedicar ao trabalho. Neste ponto, o Papa dá concretamente uma resposta aos “sinais dos tempos” associados ao mundo das mulheres e à emancipação feminina em geral.

Este itinerário foi importante para nós em termos de estratégia pedagógica, uma vez que se enquadra numa perspetiva alargada do que é o direito ao trabalho, com a finalidade de conduzir o aluno a conhecer os seus direitos e deveres em termos de trabalho; ao mesmo tempo, ajudar o(a) aluno(a) a ser responsável (como empregado(a) onde quer que seja); e também corresponsável.

---

<sup>116</sup> *Ibidem*, nº 18.

12º ANO - Unidade Letiva 12: “A Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 3
<b>Competência: 12-</b> Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.					
<b>Sumário:</b> A importância dos sindicatos na vida laboral.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	⌚ 90min.	Avaliação Formativa
- Distinguir o trabalho enquanto realização humana da sua concretização em emprego (s), reconhecendo os seus nexos bem como as suas tensões. (Comp. 12).	- A importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores - A origem dos sindicatos - O compromisso dos cristãos na vida sindical	- <b>Acolhimento e registo do sumário</b>	Caderno e esferográfica PC e videoprojector PC e videoprojetor <i>Laborem Exercens</i>	5	<b>O professor observa nos alunos:</b> - Verificar se os alunos estão atentos com a exposição do professor - Verificar se os alunos registam o sumário e se têm o material. - Observação direta: - Interesse; - Atenção; - Participação/integração; Acolher as ideias chaves de cada aluno; - Capacidade de exprimir opinião/autonomia; - Valorizar a reflexão de cada aluno, criando assim um espírito cooperativo; - Respeito por opiniões diferentes/cooperação.
		- <b>Chuva de ideias:</b> acerca do valor dos sindicatos na vida dos trabalhadores.		15	
		- O professor apresenta a origem dos sindicatos e a sua evolução até aos nossos dias?		15	
		- O professor apresenta um excerto da <i>Laborem Exercens</i> que fala da importância dos sindicatos, reforçando o papel dos cristãos na vida sindical. <i>Laborem Exercens</i> , nº 20		10	
		- O professor pede aos alunos para refletirem acerca do excerto lido a partir da <i>Laborem Exercens</i> e em seguida, abre uma discussão como forma de enriquecimento mútuo	Caderno e esferográfica	15	
		- O professor lê a carta de Tiago 5,1-4, com o intuito de atualizar à luz da experiência cristã a realidade atual do mundo laboral, sindical.	Caderno e esferográfica	10	
		- O professor interpela os alunos sobre a carta abrindo um debate tendo em vista a perspetiva de cada um	Quadro e giz	10	
- O professor propõe um TPC para os alunos com a seguinte questão: Existe desigualdades entre homens e mulheres no que diz respeito ao trabalho?	Caderno e esferográfica	5			
- O professor termina a aula fazendo a síntese do sumário.	Quadro e giz	5			
<b>Síntese:</b> Os sindicatos são importantes para o país, uma vez que existem muitos problemas laborais que não deviam ser resolvidos sem a ajuda dos sindicatos e os cristãos devem comprometer-se na vida sindical para conhecerem melhor os seus direitos como trabalhadores e também para defenderem os outros indefesos.					

### Itinerário da planificação da aula nº 3

Nesta aula, temos como estratégia falar da importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores, procurando ajudar os alunos a perceber que os sindicatos têm como missão a defesa dos trabalhadores. Por outro lado, temos como horizonte explicar que cada aluno deve empenhar-se no campo sindical como cristão comprometido no mundo. O cristão é aquele que se compromete com Jesus e com a realidade social em que vive.

No quadro desta realidade, temos como proposta a leitura do nº 20 da *Laborem Exercens* e também uma passagem da carta de S. Tiago (5,1-4).

“Com base em todos estes direitos, juntamente com a necessidade de os garantir por parte dos mesmos trabalhadores, surge ainda um outro direito: *o direito de se associar*, quer dizer, o direito de formar associações ou uniões, com a finalidade de defender os interesses vitais dos homens empregados nas diferentes profissões. Estas uniões têm o nome de sindicatos. Os interesses vitais dos homens do trabalho são até certo ponto comuns a todos; ao mesmo tempo, porém, cada espécie de trabalho, cada profissão, possui uma sua especificidade, que deveria encontrar nestas organizações, de maneira particular, o seu reflexo próprio”<sup>117</sup>.

A carta de S. Tiago 5,1-4 refere o seguinte:

“E agora vós, ó ricos, chorai em altos gritos por causa das desgraças que virão sobre vós. As vossas riquezas estão podres e as vossas vestes comidas pela traça. O vosso ouro e a vossa prata enferrujaram-se e a sua ferrugem servirá de testemunho contra vós e devorará a vossa carne como o fogo. Entesourastes, afinal, para os vossos últimos dias! Olhai que o salário que não pagastes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos está a clamar; e o clamor dos ceifeiros chegou aos ouvidos do Senhor do universo.”

Com esta carta de Tiago, nos apercebemos que Deus não se alegra com tantas injustiças perpetradas pelos poderosos.

---

<sup>117</sup> *Ibidem*, nº 20.

12º ANO - Unidade Letiva 12: “Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 4
<b>Competência: 1-</b> Reconhecer à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana.					
<b>Sumário:</b> Desigualdade entre sexo; a importância do trabalho e do bem comum à Doutrina Social da Igreja.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
<p>- Interpretar produções culturais que reflitam sobre as questões do trabalho, nas suas vertentes mais desorganizadoras da vida pessoal ou coletiva. (Comp.1).</p>	<p>- As desigualdades no trabalho entre homem e mulher.</p> <p>- O trabalho e o bem comum segundo a Doutrina Social da Igreja</p>	<p><b>- Acolhimento e registo do sumário</b></p> <p>- O professor divide os alunos em dois grupos para apresentarem o seu TPC, criando um debate. Existem desigualdades entre homem e mulher no que diz respeito ao trabalho?</p> <p>- Depois da apresentação dos alunos, o professor valoriza todos os pontos cruciais apresentados por eles, escrevendo no quadro e procura incutir neles o sentido de responsabilidade para que um dia, como responsáveis de uma instituição ou empresa tenham presente o valor da dignidade da pessoa humana.</p> <p>- <b>Chuva de ideias:</b> A realidade do trabalho e o bem comum segundo o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, nºs 164, 165, 166 e 167.</p> <p>- O professor apresenta um jornal que fala da realidade do país onde se verificam as desigualdades laborais e convida os alunos para uma discussão.</p> <p>- O professor convida os alunos para uma leitura a partir do Manual do Aluno onde se fala da <i>penalização da mulher</i> (pág. 27)</p> <p>- Em plenário o professor divide os alunos e motiva-os para uma discussão tendo presente a leitura feita</p> <p>Em grupos faz-se a conclusão da aula</p>	<p>Caderno e esferográfica</p> <p>Quadro e giz</p>	5	<p><b>- O professor observa nos alunos.</b></p> <p>- Verificar se os alunos registam o sumário e se têm o material.</p> <p>- Grau de assertividade da apresentação e participação no debate.</p> <p>Observação direta:</p> <p>- Interesse;</p> <p>- Atenção;</p> <p>- Participação/integração;</p> <p>- Capacidade de exprimir opinião/autonomia;</p> <p>- Respeito por opiniões diferentes/cooperação.</p> <p>- Participação dos alunos, criando espírito cooperativo;</p> <p>- O desempenho, interesse e participação no debate em grupo, criando sempre o espírito cooperativo.</p>
			Quadro e giz	15	
			PC e videoprojector	15	
			Quadro e giz	15	
			Manual do Aluno	5	
			Quadro e giz	15	
	5				
<p><b>Síntese:</b> No mundo do trabalho existem desigualdades entre sexos, mas houve um grande avanço, porque a mulher já ocupa cargos grandes do ponto de vista social; mas a luta deve continuar para que haja um mundo melhor. O bem comum corresponde profundamente às mais elevadas inclinações do homem, mas é um bem difícil de alcançar, porque exige a capacidade e a busca constantes do bem de outrem como se fosse próprio.</p>					

#### **Itinerário da planificação da aula nº 4**

Nesta aula, queremos apresentar o tema que diz respeito às desigualdades entre homem e mulher. Procuramos explicar aos alunos que as desigualdades entre sexos constituem uma realidade nacional e também internacional. Ainda, queremos explicar que no nosso país, houve um grande avanço porque há mulheres a desempenhar funções relevantes em cargos políticos, de gestão empresarial e não só.

Introduzimos um novo tema que tem a ver com o trabalho e o bem comum e que foi desenvolvido no segundo capítulo do nosso trabalho. Neste tema, queremos que os alunos tenham consciência de que o trabalho e o bem comum estruturam a sociedade e também a Igreja.

É preciso promover o trabalho e o bem comum no mundo, dialogando com as entidades políticas. Para confirmar esta ideia, temos a Doutrina Social da Igreja a referir que: “As exigências do bem comum derivam das condições sociais de cada época e estão estreitamente conexas com o respeito e com a promoção integral da pessoa e dos seus direitos fundamentais”<sup>118</sup>. Essas exigências têm a ver com o acesso ao trabalho, habitação, saúde e tantas outras exigências que tem como finalidade o bem total da pessoa.

Mais adiante,

“O bem comum empenha todos os membros da sociedade: ninguém está escusado de colaborar, de acordo com as próprias possibilidades, na sua busca e no seu desenvolvimento. O bem comum exige ser servido plenamente, não segundo visões redutoras subordinadas às vantagens parciais que dele se podem retirar, mas com base numa lógica que tende à mais ampla responsabilização. O bem comum corresponde às

---

<sup>118</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 166.

mais elevadas inclinações do homem, mas é um bem difícil de alcançar, porque exige a capacidade e a busca constante do bem de outrem como se fosse próprio”<sup>119</sup>.

No que se refere à penalização da mulher, propomos uma leitura a partir do Manual do Aluno, pág. 27: “Apesar de o artigo 23.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos ser claro no repúdio da discriminação (‘salário igual por trabalho igual’), sabemos bem que, muitas vezes, a plena igualdade não é assegurada, não só quanto ao salário mas também quanto ao acesso a lugares de direção e às condições de trabalho”.

---

<sup>119</sup> *Ibidem*, 167.

12º ANO - Unidade Letiva 12: “Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 5
<b>Competência: 12-</b> Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como fator de enriquecimento mútuo.					
<b>Sumário:</b> Práticas positivas; a relação entre família e trabalho; o trabalho infantil.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
<p>- Mobilizar os valores da saúde, do lazer, do voluntariado, do tempo a dedicar à família e aos amigos, bem como, para quem é crente, do tempo a dedicar a Deus, por forma a orientar a vida no quotidiano, conjugando o tempo do trabalho com o tempo da vida pessoal e familiar. (Comp. 12).</p>	<p>- Relação entre família e trabalho</p> <p>- A realidade do trabalho infantil em Portugal e no mundo</p>	<p><b>- Acolhimento e registo do sumário</b></p>	Caderno e esferográfica	5	<p><b>O professor observa nos alunos:</b></p> <p>- Verificar se os alunos entram ordenadamente na sala de aula;</p> <p>- Grau de responsabilidade em reter as informações;</p> <p>- Sentido de responsabilidade, em termos de cooperação e interação;</p> <p>Observação direta:</p> <p>- Interesse;</p> <p>- Atenção;</p> <p>- Participação/integração;</p> <p>- Capacidade de concentração e respeito pelo grupo;</p> <p>- Capacidade de exprimir opinião/autonomia;</p> <p>- Respeito por opiniões diferentes/cooperação;</p> <p>- Sentido de participação, respeitando a opinião de cada aluno.</p>
		<p><b>- Chuva de ideias sobre:</b> a relação entre família e trabalho. Leão XIII (<i>Rerum Novarum</i> n.º 26); <i>Laborem Exercens</i> n.º 10 e <i>Gaudium et Spes</i> n.º 67; e os alunos consultam os textos.</p>	PC e videoprojector	15	
		<p>- O professor lê um testemunho escrito por duas famílias cristãs da Bela Vista (Setúbal), explicando como estas têm conciliado a vida laboral, familiar e cristã.</p>	Texto em forma de testemunho	10	
		<p>- Pede-se aos alunos para reagirem perante este testemunho e registarem os pontos chaves do mesmo, tendo em conta a sua realidade pessoal e familiar, criando assim um enriquecimento mútuo.</p>	Caderno e esferográfica	15	
		<p>- Em seguida, o professor valoriza a síntese escrita pelos alunos e a sua partilha, tendo em conta a realidade atual das famílias em geral</p>	Manual do Aluno	15	
<p><b>- Leitura</b></p> <p>Texto do Manual do Aluno sobre a realidade do trabalho infantil em Portugal e no mundo. (pág. 32-33).</p>	Manual do Aluno	10			
			Manual do Aluno	15	

		<p>- O professor comenta o texto do Manual do Aluno (pág. 32 e 33), tendo presente a realidade Portuguesa, sublinhando o dia 12 de junho, como dia Mundial contra o Trabalho Infantil, criado por sugestão da Organização Internacional do Trabalho; e a Convenção sobre os Direitos da criança (20-11-1989), ratificada em Portugal em 21-09-1990.</p> <p>- O professor faz a conclusão da aula com os alunos</p>	Quadro e giz	5	
<p><b>Síntese:</b> A relação entre trabalho e família nem sempre é fácil, uma vez que em certas situações o trabalho influencia negativamente a vida familiar. O cristão deve conciliar a sua vida laboral, familiar e cristã tendo em conta o contexto em que está inserido; além disso, a família deve dialogar para encontrar um equilíbrio entre estas dimensões: trabalho, família e experiência cristã. Todavia, o trabalho constitui um dos fundamentos sobre os quais se alicerça a vida familiar. Também sabemos que existe em Portugal e no mundo o trabalho infantil; por isso, devemos educar para a responsabilidade familiar e social de modo que os direitos das crianças no que diz respeito ao crescimento não sejam violados. O governo deve proteger a criança em tudo aquilo que é a exploração económica e laboral.</p>					

## **Itinerário da planificação da aula nº 5**

Nesta planificação, temos como temas principais a relação entre família e trabalho; e nesta tarefa de relacionar a família com o trabalho, procuramos como opção a apresentação de alguns documentos da Doutrina Social da Igreja, entre outros. Temos como horizonte, desenvolver este tema com muita profundidade, uma vez que a relação entre família e trabalho é sempre complexa. Demos exemplos daquilo que é a realidade concreta do nosso país.

Uma das propostas é a leitura do nº 26 da encíclica *Rerum Novarum*, do nº 10 da encíclica *Laborem Exercens* e do nº 67 da constituição pastoral *Gaudium et Spes* nº 67.

Na *Laborem Exercens*, João Paulo II afirma que a dimensão subjetiva ou pessoal do trabalho humano está necessariamente unida a três importantes esferas de valores: à família, à educação e a nação. Nomeadamente, “o trabalho é a condição que torna possível a fundação de uma família, uma vez que a família exige os meios de subsistência que o homem obtém normalmente mediante o trabalho”.

A família é ainda a primeira escola interna de trabalho para todos e cada e cada um dos homens. Pelo trabalho realiza-se uma das finalidades para que nasceu a família: a educação.

Finalmente, é muito especialmente pelo trabalho que o homem se insere na grande sociedade humana, cultural e política em que nasceu: a nação. Isto permite-lhe encontrar-se com a sua identidade de homem, inserir-se na grande tradição donde provém e contribuir para o aumento do bem comum em ordem ao presente e ao futuro.

A *Gaudium et Spes* também identifica princípios orientadores da vida económica e social, segundo os quais é na verdade com o trabalho que o homem sustenta a sua própria vida, mas também é chamado a contribuir para o bem dos outros. Vejamos:

“O trabalho humano, que se exerce na produção e na troca dos bens económicos e na prestação de serviços, sobreleva aos demais fatores da vida económica, que apenas tem valor de instrumentos.

Este trabalho, empreendido por conta própria ou ao serviço de outrem, procede imediatamente da pessoa, a qual como que marca com o seu zelo as coisas da natureza, e as sujeita ao seu domínio. É com o seu trabalho que o homem sustenta de ordinário a própria vida e a dos seus; por meio dele se une e se serve aos seus irmãos, pode exercitar uma caridade autêntica e colaborar no acabamento da criação divina”<sup>120</sup>.

Temos como reflexão a realidade do trabalho infantil em Portugal, sublinhando o esforço do Estado e da comunidade internacional no sentido de erradicar a pobreza, que está na sua base.

O Manual do Aluno (pág. 32-33) ajuda aprofundar o nosso horizonte. “A Igreja, por seu turno, afirma que “o trabalho infantil, nas suas formas intoleráveis, constitui um tipo de violência menos evidente do que outros, mas nem por isso menos terrível. Uma violência que, para além de todas as implicações políticas, económicas e jurídicas, é sempre essencialmente um problema moral”. Em termos pedagógicos, digamos que os nossos objetivos foram alcançados.

---

<sup>120</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifício*, 10.ª edição, Editorial A.O – Braga, 1987. GS 67.

12º ANO - Unidade Letiva 12: “Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 6
<b>Competência: 1-</b> Reconhecer à luz da mensagem cristã a dignidade da pessoa humana.					
<b>Sumário:</b> A importância do empreendedorismo em Portugal e a valorização das pequenas e médias empresas.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
<p>- Distinguir o trabalho enquanto realização humana da sua concretização em emprego(s), reconhecendo os seus nexos bem como as suas tensões (Comp. 1).</p>	<p>- A complexidade do empreendedorismo em Portugal</p> <p>- A importância das pequenas e médias empresas</p>	<p><b>- Acolhimento e registo do sumário.</b></p> <p><b>- Chuva de ideias sobre</b> a importância do empreendedorismo em Portugal</p> <p>- O professor fala da sobrevivência de uma pequena empresa familiar em Setúbal, numa fase de crise</p> <p>- Leitura do texto sobre Empreendedorismo, criatividade e persistência, a partir do Manual do Aluno (pág. 40-43).</p>	<p>Caderno e esferográfica</p> <p>PC e videoprojetor</p> <p>PC e videoprojetor</p> <p>Manual do Aluno</p>	<p>5</p> <p>15</p> <p>15</p> <p>10</p>	<p><b>O professor observa nos alunos:</b></p> <p>- Verificar se os alunos entram ordenadamente na sala de aula.</p> <p>- Verificar se os alunos registam o sumário e se têm o material.</p> <p>Observação direta:</p> <p>- Interesse;</p> <p>- Atenção;</p> <p>- Participação/integração;</p> <p>- Registo no quadro das ideias-chave de cada aluno;</p> <p>- Capacidade de exprimir opinião/autonomia;</p> <p>- Respeito por opiniões diferentes/cooperação.</p>
		<p><b>- Uma questão colocada aos alunos:</b> porque é que o empreendedorismo é importante no nosso país? Com esta pergunta, abre-se o debate como forma de enriquecimento mútuo</p>	<p>Quadro e giz</p>	<p>15</p>	
		<p><b>- Visionamento de um pequeno vídeo:</b> referente ao empreendedorismo em Portugal</p> <p>- Os alunos são convidados a comentar o vídeo acerca do empreendedorismo</p> <p>- O professor valoriza os pontos-chave da partilha de cada aluno, tendo em conta o espírito de grupo</p>	<p>PC e videoprojetor</p> <p>Anexo 3 (vídeo)</p>	<p>10</p> <p>10</p>	
		<p>- O professor valoriza os pontos-chave da partilha de cada aluno, tendo em conta o espírito de grupo</p>	<p>Quadro e giz</p>	<p>5</p>	
		<p>- Em seguida faz-se a conclusão da aula com os alunos</p>		<p>5</p>	
<p><b>Síntese:</b> Portugal é um país com um grande potencial para investir. Por isso, as pequenas e médias empresas, devem ser apoiadas pelo Estado para que a economia nacional cresça. O empreendedorismo é importante para o país criar estabilidade financeira. Devemos unir esforços para que como cidadãos possamos fazer do nosso país um lugar de investimento.</p>					

## **Itinerário da planificação da aula nº 6**

Nesta aula, apresentam-se dois temas chaves: empreendedorismo em Portugal e a valorização das pequenas e médias empresas. Queremos mostrar aos alunos o quão é importante o investimento no nosso país; por outro lado, falamos da importância que as pequenas e médias empresas têm no nosso país, sublinhamos a responsabilidade do Estado no que diz respeito ao apoio destas empresas.

Ainda como forma de elucidação, temos como proposta, falar de um pequeno restaurante familiar situado em Setúbal, na estrada da graça nº 30, e denominado “Restaurante Casa Ginjinha”. Um dos filhos dos proprietários deste restaurante, aí gerente, chamado João Matos, afirmou numa informação que recolhi a 20 de janeiro de 2012:

“Temos uma pequena empresa, além do restaurante temos também uma pequena quinta. No restaurante procuramos acolher com dignidade as pessoas e elas sentem-se bem. Mas, temos dias em que não conseguimos pagar as despesas no fim do mês, com esforço e perseverança vamos conseguir. O governo devia dar mais atenção as pequenas empresas porque também precisam de apoio”.

O vídeo (anexo 3) apresenta alguns bons exemplos de pessoas que puderam criar um espírito empreendedor no nosso país. Com este vídeo os alunos ficam com uma imagem positiva do potencial que o país tem relativamente ao empreendedorismo.

12º ANO - Unidade Letiva 12: “Dignidade do Trabalho” Nível 4					Aula n.º 7
<b>Competência: 9-</b> Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.					
<b>Sumário:</b> Necessidade de desenvolver um genuíno espírito empresarial.					
Operacionalização das competências	Conteúdos	Estratégias	Materiais	🕒 90min.	Avaliação formativa
- Distinguir o trabalho enquanto realização humana da sua concretização em emprego(s), reconhecendo os seus nexos bem como as suas tensões (comp. 9).	- A responsabilidade dos empresários católicos na vida laboral.  - Desenvolver um espírito genuíno empresarial para a dignidade do trabalho.	- <b>Acolhimento e registo do sumário</b> - O professor apresenta o tema do sumário aos alunos. - O professor apresenta um trabalho que fala sobre a iniciativa privada e empresarial à luz da DSI. Em seguida convida os alunos para um debate, tendo em vista o tema apresentado. - São distribuídas folhas aos alunos tiradas do compêndio da DSI (pág. 225-226) e convidam-se para uma leitura, nomeadamente dos nºs 350 a 352. - O professor divide os alunos em grupo para se criar um debate tendo em conta a leitura feita como forma de enriquecimento mútuo  - Visualização de um excerto do filme sobre o espírito genuíno empresarial. - Leitura em torno dos dez mandamentos do empreendedor de sucesso (Manual do Aluno, pág. 44), e discussão, dividindo-se os alunos em dois grupos.  - Finalmente, faz-se a síntese sobre a necessidade de se desenvolver um espírito genuíno empresarial.	Caderno e esferográfica PC e videoprojetor  Compêndio da DSI  Caderno e esferográfica  PC e videoprojetor Anexo 3 (filme) Manual do Aluno Quadro e giz	5 5 15  10  15  10  10  15  5	<b>O professor observa nos alunos:</b>  Verificar se os alunos entram ordenadamente na sala de aula;  Verificar se os alunos registam o sumário e se têm o material; - Observação direta:  - Interesse;  - Atenção;  - Participação/integração;  - Registo no quadro das ideias-chave de cada aluno;  - Capacidade de exprimir opinião/autonomia;  - Respeito por opiniões diferentes/cooperação.
<b>Síntese:</b> A necessidade de desenvolver um espírito genuíno empresarial, passa pela valorização da pessoa humana e não apenas pelo lucro. O empresário realiza-se, tendo sempre presente a pessoa trabalhadora; tal como afirma o compêndio da DSI no nº 344: “Os empresários e os dirigentes não podem levar em conta exclusivamente o objetivo económico da empresa, os critérios de eficiência produtiva, as exigências do cuidado com o capital como conjunto dos meios de produção: é também um preciso dever deles o concreto respeito pela dignidade humana dos trabalhadores que atuam na empresa”.					

## **Itinerário da planificação da aula nº 7**

Nesta aula, pretendemos falar da importância que os empresários católicos têm na vida empresarial. Desenvolvemos ideias referentes à responsabilidade dos empresários comprometidos, mostrando que o empresário deve ter em conta, não só o lucro, mas a pessoa que trabalha. O nº 340 do compêndio da DSI mostra claramente que o lucro de uma empresa nem sempre significa a dignificação da pessoa que ali trabalha:

“a Doutrina Social reconhece a justa função do lucro, como primeiro indicador do bom andamento da empresa: ‘Quando esta dá lucro isso significa que os fatores produtivos foram adequadamente usados e as correlativas necessidades humanas devidamente satisfeitas’. Isto não ofusca a consciência do facto de que nem sempre o lucro indica que a empresa está a servir adequadamente a sociedade. É possível, por exemplo, ‘que a contabilidade esteja em ordem e simultaneamente os homens, que constituem o património mais precioso da empresa, sejam humilhados e ofendidos na sua dignidade’. É o que acontece quando a empresa está inserida em sistemas sócio-culturais caracterizados pela exploração das pessoas, inclinados a fugir às obrigações de justiça social e a violar os direitos dos trabalhadores”<sup>121</sup>.

Neste pequeno vídeo os alunos visualizaram um filme referente ao espírito genuíno empresarial. Ou seja, o filme mostra a forma como alguns empresários se comprometem na empresa, tendo como primazia a pessoa.

### **3. Nota conclusiva**

Através da conceção destas planificações pretendemos contribuir para a área educativa de EMRC, uma vez que introduzimos temas e dinâmicas que nos parecem relevantes para os alunos e também para o corpo docente de EMRC. Para a comunidade

---

<sup>121</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, nº 340.

científica, o trabalho é sempre inacabado, pelo que somos chamados à busca permanente de saber fazer no quadro de tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento integral do aluno.

## **Conclusão**

Com a redação deste relatório final do mestrado em Ciências Religiosas/Especialização em Educação Moral e Religiosa Católica, propusemo-nos retratar a nossa prática do ensino supervisionada, a partir do tema da dignidade do trabalho.

Para nós foi extremamente gratificante explorar o tema da dignidade do trabalho com os alunos e orientá-los à compreensão do que é a dignidade do trabalho em geral e, em particular, do ponto de vista existencial. A dignidade do trabalho está intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana; é mediante o trabalho digno que a pessoa encontra sentido para a sua vida.

Na nossa ação pedagógica para com os alunos, esforçámo-nos por tratar o tema com rigor. Procurámos despertar-lhes a consciência profunda de que o trabalho constrói a pessoa na totalidade do seu ser. Uma vez mais, o trabalho dignifica a pessoa.

Durante a prática letiva os alunos foram assimilando esta convicção de que a EMRC, como instância educativa, ajuda à construção da personalidade. O desenvolvimento de qualquer sociedade passa pela educação. Uma sociedade que constrói a dignidade da pessoa tendo presente a educação, acaba por ser uma sociedade saudável. Porque a educação liberta e estrutura a pessoa em todas as dimensões da sua vida.

“A educação é o ponto onde se decide se nós amamos suficientemente o mundo para assumir a responsabilidade dele, e além disso, salvá-lo desta ruína que seria inevitável sem a renovação e sem esta entrada de jovens e recém-chegados. Igualmente com a educação decidimos se amamos suficientemente as crianças para não as rejeitar do

nosso mundo, nem as abandonar a elas próprias, nem tirar-lhes a oportunidade de empreenderem qualquer coisa de novo, qualquer coisa que nós não tínhamos previsto, mas prepará-los com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”<sup>122</sup>.

A escola é, como sabemos, e pelo lugar que ocupa no ecossistema da educação dos jovens, um espaço fundamental para se proporcionar aos alunos a consciência ética fundada nos valores do evangelho. A educação determina a forma como amamos a nossa sociedade, é na educação onde se joga o futuro das crianças e jovens.

Partimos desta experiência e destas convicções, tomámos por base a prática do ensino supervisionada que realizámos em 2012/2013, fizemos investigação associada ao tema e lançámo-nos à redação do presente relatório.

No capítulo I, pareceu-nos importante fazer um enquadramento e também uma apresentação crítica da UL12 “A dignidade do trabalho”, tendo em vista a nossa prática letiva. Nesta apresentação crítica procurámos mostrar que a dignidade do trabalho passa pela articulação entre a ética e a economia. Como lapidadamente expressa o código de ética dos empresários e gestores, elaborado pela ACEGE, “O homem é o fundamento, o sujeito e o fim de todas as instituições em que se expressa a vida social. Criado por Deus e salvo por Jesus Cristo, o homem é o princípio e o fim da ética, de toda vida social e política, de toda economia e de todas as estruturas existentes”<sup>123</sup>. É este o entendimento que cremos que deve ser transmitido aos alunos de EMRC pela UL12 “A dignidade do trabalho”.

Durante as planificações, ao analisarmos o Manual do Aluno UL 12 do Ensino Secundário, pareceu-nos relevante adaptar os temas propostos e introduzir alguns temas

---

<sup>122</sup> H. ARENDT, citada por COQ Guy, “Modelos de sistemas educativos na Europa de hoje. Estabelecer um referencial. Educação e democracia: Uma relação problemática?” *Pastoral Catequética*, Ano VIII, agosto de 2012, 43-44.

<sup>123</sup> ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores, *Código de ética dos empresários e gestores*, col. 4. Acessível em [http://www.acege.pt/PDF/Codigo\\_de\\_Etica\\_ACEGE.pdf](http://www.acege.pt/PDF/Codigo_de_Etica_ACEGE.pdf) (consultado a 27-12-2014).

que não estavam integrados no referido Manual, através de estratégias pedagógicas para melhor enriquecermos a nossa prática letiva. Dessa adaptação resultaram os seguintes temas:

- O trabalho como uma questão antropológica;
- O trabalho a partir de uma realidade histórica;
- O homem e o trabalho;
- A dimensão bíblica e teológica sobre o trabalho;
- O trabalho e o bem comum;
- O direito e o dever do trabalhador a partir de uma visão cristã;
- O direito e o dever do trabalhador em Portugal e direitos relacionados com a entidade empregadora.

Esses temas foram lecionados transversalmente para darem aos discentes uma visão mais ampla do que é a dignidade do trabalho.

Na lógica social, considerando que o trabalho humaniza a pessoa, ajudámos os alunos a terem uma consciência crítica de que o trabalho digno é aquele que tem como finalidade o bem da pessoa que o executa. No quadro moral, ajudámos os alunos a identificar a diferença entre a ética e a economia, para que haja na experiência do trabalho uma economia que salva e não aquela que mata.

Do ponto de vista espiritual, procurámos transmitir o entendimento de que o trabalho está ligado à dimensão espiritual do ser humano quando é exercido com dignidade. Nesse sentido, o trabalho acaba por ser visto como algo querido por Deus; uma vez que o ser humano foi criado “à imagem e semelhança de Deus”. Nessa lógica, o desígnio é que o ser humano faça do trabalho um caminho de felicidade.

No capítulo II debruçamo-nos sobre a dignidade do trabalho a partir de diversos prismas: desde a sua dimensão antropológica, histórica e bíblica, passando pela sua inclusão na Doutrina Social da Igreja e pela abordagem dos diversos parceiros envolvidos nas questões laborais, nomeadamente as famílias, os sindicatos e o Estado.

Verificámos que a articulação entre trabalho e família é particularmente complexa. Constatamos que a conciliação entre trabalho e família nos dias de hoje não é fácil. As famílias são obrigadas a fazer opções muitas vezes difíceis. A vida da família e o trabalho condicionam-se de forma recíproca, criando repercussões a todos os níveis.

Falámos ainda do trabalho a partir de uma perspetiva da criação. Deus, ao criar o homem, quer que este colabore na sua obra. Ora, colaborar na obra de Deus implica que o trabalho esteja ao serviço da pessoa, ou seja, uma das finalidades do trabalho é favorecer a pessoa na sua dignidade.

Abordou-se ainda o papel do Estado relativamente ao trabalho. A Igreja respeita o papel do Estado no que diz respeito à economia, mas procura ter intervenção na sociedade, com o objetivo de assegurar a dignidade da pessoa que se revela no mistério do Verbo encarnado.

A Doutrina Social da Igreja convida-nos a uma profunda reflexão e renovação sobre o trabalho humano e a sua dignidade que, enquanto atividade do homem destinada à sua realização, tem prioridade sobre o capital e constitui título de preocupação nos frutos que dele derivam.

O capítulo III corresponde à formulação de uma nova proposta em termos das planificações tendo em vista a prática letiva. Nesta nova proposta, procurámos apresentar novos temas que nos parecem relevantes em si e em termos pedagógicos.

Ao concluir este relatório, impõe-se-nos a convicção de que por um lado esta foi para nós uma grande experiência; mas por outro lado ainda temos muito a aprender, uma vez que o caminho pedagógico é sempre longo. Por isso, devemos sempre lutar e pesquisar para que a EMRC seja sempre vista e recebida como uma proposta capaz de dar sentido à vida dos alunos.



## Bibliografia

### Documentos do magistério

- BENTO XVI, Carta Encíclica, *Caritas in veritate*, Paulinas Editora, Prior Velho, Lisboa, 2009.
- CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifício*, 10ª edição, Editorial A.O – Braga, 1987.
- CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Principia, São João do Estoril, 2005.
- FRANCISCO “Audiência Geral” de 1 de maio de 2013. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco\\_20130501\\_udienza-generale.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2013/documents/papa-francesco_20130501_udienza-generale.html)
- FRANCISCO, “A dignidade do trabalho”. No 1º de maio de 2013. Acessível em <http://www.zenit.org/fr/articles/le-travail-c-est-la-dignite-de-l-homme>
- FRANCISCO, *Alegria do Evangelho, Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*, Edições Paulinas, Lisboa, 2013.
- FRANCISCO, Audiência com dirigentes e funcionários das Siderúrgicas de Terni e aos fiéis da diocese de Terni – Narni Amália, Sala Paulo VI – Vaticano, quinta-feira, 20 de março de 2014. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco\\_20140320\\_pellegrinaggio-diocesi-terni.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco_20140320_pellegrinaggio-diocesi-terni.html)
- IGREJA CATÓLICA, *Catecismo da Igreja Católica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.
- JOÃO PAULO II, “‘O trabalho baseado na dignidade da pessoa, na cidade do Porto’: encontros com os trabalhadores”, in *L’Osservatore Romano*, 23 de maio de 1982, 19.
- JOÃO PAULO II, “S. José pela sua fé foi testemunha do cumprimento da promessa”, homilia da missa em Livorno, in *L’Osservatore Romano*, 28 de março de 1982, 4.
- JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus*. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html)
- JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Laborem Exercens*. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_14091981\\_laborem-exercens.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens.html)

- JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, (pelo vigésimo aniversário da encíclica *Populorum progressio*), 2ª edição, Secretariado Geral do Episcopado, Rei dos livros, Lisboa, 1988.
- JOÃO XXIII, Carta Encíclica, *Mater et Magister*, Livraria Sampedro editora, Lisboa, 1961.
- JOÃO XXIII, Carta Encíclica, *Pacem in Terris*, Livraria Sampedro editora, Lisboa, 1964.
- LEÃO XIII, Carta Encíclica *Rerum Novarum*. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)
- PIO XI, Carta Encíclica *Quadragesimus Annus*. Acessível em [http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html)

## Estudos

- A *EQUIPA SACERDOTAL*, por um grupo de “Fils de la Charité”, Círculo do Humanismo Cristão, 1968.
- ANIZAN, Jean Émile, *A ambição de Deus pelo povo*, Conseil Général des fils de la Charité, Paris, 2008.
- ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, edições Almedina, Coimbra, 2013.
- ARENDS, Richard, *Aprender a Ensinar*, 7ª ed., McGraw-Hill, Madrid, 2008.
- BÍBLIA SAGRADA*, Difusora Bíblica, Franciscanos Capuchinhos, Lisboa/Fátima, 2003.
- CARREIRA DAS NEVES, J., “O trabalho na Bíblia”, *Communio* 1:2 (mar-abr 1984), 103-116.
- COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ, «*Vencer a crise e construir Portugal, na justiça e na solidariedade*», s.n., Lisboa, 2011.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, Carta Pastoral, *A Igreja na Sociedade democrática*, 2000.
- COQ Guy, “Modelos de sistemas educativos na Europa de hoje. Estabelecer um referencial. Educação e democracia: Uma relação problemática?” *Pastoral Catequética*, Ano VIII, agosto de 2012, p. 43-68.
- ELIANE, V., “O Trabalho: breve visão da concepção de castigo da antiguidade cristã, valor social afirmado na Encíclica *Rerum Novarum* no século XIX e despontar no século XXI como valor Bioético”, *Bioéthikos*. Centro Universitário – São Paulo, 4:3 (2010), 350-353. Acessível em <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/78/Art13.pdf>
- FILIBECK, G., *Direitos do Homem, de João XXIII a João Paulo II*, Principia Editora, S. João do Estoril, 2000.

- FRANCISCO, Papa, AMBROGETTI, F. e RUBIN, S., *Conversas com Jorge Bergoglio*, Paulinas Editora, Lisboa, 2013.
- ISAACS, David, *Virtudes humanas, Educar e Avaliar*, Diel, Lisboa, 2009.
- JEAN, R., *Psiquiatria para a vida prática*, tradução de Octávio Mendes Cajado, editorial Cultural – São Paulo, Brasil, 1974.
- MARX, K., ENGELS, F., *Proletários de todos os países, uni-vos! Manifesto Comunista*, 2ª ed., Partido Comunista Português, Lisboa, 1997. Acessível em <http://www.pcp.pt/publica/edicoes/25501144/manifes.pdf>
- MERRY DEL VAL, Cardeal Rafael, *S. Pio X, um santo que eu conheci*, Editora Civilização, Porto, 2002.
- PINTO, Mário C., “Sindicato”, in *Polis - enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, Lisboa, Verbo, 2005, col. 848-859.
- SANTOS, D. António Francisco dos, “O professor de EMRC: para a definição de um perfil humano e profissional”, in *Pastoral catequética, Educação Cristã, Quadrimestral – Ano VII-VIII-setembro*, 2012.
- SCHASCHING, J. N., “L’homme et le travail: de *Rerum Novarum* à *Laborem Exercens*”, *Didaskalia* 12 (1982) 233-241.
- Semanário Ecclesia* 1447 (2014): “Caridade, justiça e solidariedade: consciências e práticas”. Ed. Secretariado Nacional das Comunicações sociais da Igreja católica.
- VERDETE, C., *Doutrina Social da Igreja*, Paulus, Lisboa, 2007.

### **Outros recursos**

- ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores, *Código de ética dos empresários e gestores*. Acessível em [http://www.acege.pt/PDF/Codigo de Etica ACEGE.pdf](http://www.acege.pt/PDF/Codigo%20de%20Etica%20ACEGE.pdf)
- Constituição da República Portuguesa*. Acessível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril. Acessível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/04/07900/0234102356.pdf>
- Entrevista a Manuel Braga da Cruz, sobre o trabalho (consultado em 26 de outubro e 2013, em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=97358>)
- Manual do Aluno, Alicerces. A dignidade do trabalho. Unidade letiva 12*, SNEC, 2010.
- “Revolução Industrial”, in *Só História* ([www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revolucao-industrial.html](http://www.novahistorianet.blogspot.pt/2009/01/revolucao-industrial.html))
- Website da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho: <http://www.esmavc.org/>
- Website da Organização Internacional do Trabalho: [www.ilo.org/](http://www.ilo.org/)